

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 94, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 201/2021
OF 344/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 783, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Karababá de Cultura, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Carauari, Estado do Amazonas.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 201

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.947, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária Cultural e Radiodifusão de Carvalho Brito, no município de Sabará - MG;
- 2 - Portaria nº 2.980, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Esperança, no município de Cipó - BA;
- 3 - Portaria nº 2.988, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha, no município de Euclides da Cunha - BA;
- 4 - Portaria nº 3.610, de 19 de agosto de 2015 - Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, no município de Telêmaco Borba - PR;
- 5 - Portaria nº 6.149, de 1º de dezembro de 2015 - Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA), no município de Abaiara - CE;
- 6 - Portaria nº 67, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó, no município de Orobó - PE;
- 7 - Portaria nº 77, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Igarapava, no município de Igarapava - SP;
- 8 - Portaria nº 87, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Novabarrense de Comunicação e Rádio Difusão, no município de São José da Barra - MG;
- 9 - Portaria nº 105, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Apoio a Mariluz - ACAM, no município de Mariluz - PR;
- 10 - Portaria nº 153, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação Obra Assistencial para Integração Social da Comunidade, no município de São Vicente - RN;
- 11 - Portaria nº 158, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação Rosa Leal, no município de Bocaina - PI;
- 12 - Portaria nº 161, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro, no município de Barro Duro - PI;
- 13 - Portaria nº 234, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Abadiânia, no município de Abadiânia - GO;
- 14 - Portaria nº 409, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Dom Zigmund Felinski para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, no município de Guarani das Missões - RS;
- 15 - Portaria nº 776, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova, no município de Belo Horizonte - MG;
- 16 - Portaria nº 782, de 9 de maio de 2016 - Associação de Rádio Comunitária Dimensão - ARCOD, no município de Uberlândia - MG;

- 17 - Portaria nº 783, de 9 de maio de 2016 - Associação Karababá de Cultura, no município de Carauari - AM;
- 18 - Portaria nº 901, de 9 de maio de 2016 - Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM, no município de Aripuanã - MT;
- 19 - Portaria nº 902, de 9 de maio de 2016 - Associação de Rádio Comunitária - ARC, no município de Itapetim - PE;
- 20 - Portaria nº 1.010, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária para Cidadania e Desenvolvimento Social de Monte Azul Paulista, no município de Monte Azul Paulista - SP;
- 21 - Portaria nº 1.037, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária Popular de Jaguaruana, no município de Jaguaruana - CE;
- 22 - Portaria nº 1.039, de 9 de maio de 2016 - Rádio Comunitária Ondas de Paz FM, no município de Ibituva - PR;
- 23 - Portaria nº 1.136, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão, no município de Caxambu - MG;
- 24 - Portaria nº 1.359, de 9 de maio de 2016 - Associação Beneficente Mão Amiga, no município de Itá - RJ;
- 25 - Portaria nº 1.839, de 9 de maio de 2016 - Fundação Cultural e Educativa Carlos Roberto da Silva Piment, no município de Urutaí - GO;
- 26 - Portaria nº 569, de 7 de junho de 2017 - Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu, no município de Cotriguaçu - MT;
- 27 - Portaria nº 582, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Cultural Rio das Pedras, no município de Quirinópolis - GO;
- 28 - Portaria nº 1.088, de 7 de junho de 2017 - Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos, no município de Ourinhos - SP;
- 29 - Portaria nº 1.109, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Anapurus, no município de Anapurus - MA; e
- 30 - Portaria nº 1.459, de 7 de junho de 2017 - Associação da Rádio Comunitária FM Rio Neves, no município de São Raimundo das Mangabeiras - MA.

Brasília, 12 de maio de 2021.

Brasília, 30 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.070013/2013-35, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Karababá de Cultura, inscrita no CNPJ nº 02.684.941/0001-17, explore pelo prazo de dez anos a partir de 31 de julho de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Carauari, estado do Amazonas, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 299/2016/SEI-MC de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 783, de 09 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 783/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000295/1998 e nº 53000.070013/2013-35, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Carauari/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0990512** e o código CRC **6CBFA7C1**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 344/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 13 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.947, 2.980, 2.988, 3.610 e 6.149, de 2015, 67, 77, 87, 105, 153, 158, 161, 234, 409, 776, 782, 783, 901, 902, 1.010, 1.037, 1.039, 1.136, 1.359 e 1.839, de 2016, 569, 582, 1.088, 1.109 e 1.459, de 2017.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.053176/2013-53

SEI nº 2562838

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36228/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.070013/2013-35.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 01/10/2019, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4688022** e o código CRC **EF974316**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES
PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.070013/2013-35**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 26 de maio de 2014, na unidade CGRC/DEOC/SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço**, em 26/05/2014, às 07:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0007748** e o código CRC **EDC89BCC**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga.**

Protocolo nº: 53000.070013/2013-35 (Processo de Outorga nº 53630.000295/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicado no DOU DE 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação Karababá de Cultura**, sediada na localidade de **Carauari/AM** tem validade até 31/07/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

VALKIRIA FERREIRA MACHADO
Chefe de Divisão

31/07/13

30

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 070013/2013-35

SEPRODLOG/COLOG/CGRL/SPD

29/11/2013-14:57

-glau

A ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.684.941/0001-17, com sede na Avenida Samuel Amaral, s/ nº, bairro de Samuel Amaral, na cidade de Carauari, estado do Amazonas, CEP 69500-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 287, datada de 16 de maio de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 31 de maio de 2001, e Decreto Legislativo nº 394, de 30 de julho de 2003, publicado no Diário Oficial da União datado de 31 de julho de 2003, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a **renovação da** outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Carauari, AM, 29 de novembro de 2013.

(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: JOSELIO OLIVEIRA NEPOMUCENOCPF: 662 532.762-04

ANEXO 12 - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME
SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462 DE 14
DE OUTUBRO DE 2011. (redação dada pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013 –
D.O.U. de 2/7/2013)



1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);	
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;	
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;	
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual;	
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;	
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;	
7 - último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;	
8 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme item 12.1.1.	

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Logilio Oliveira Nipomuceno
(assinatura do representante legal da entidade)

Endereço para correspondência: _____, na
cidade de _____, Estado _____,
CEP _____ - _____.
Telefone para contato: OXX-____-_____.
Correio eletrônico (e-mail) _____.



Menu Principal ▾

EDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSE E AZEVEDO

Sistema
Interativos

BOLETO » » Nada Consta

menu ajuda



Agência Nacional de Telecomunicações

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO KARABABA DE CULTURA**CNPJ:** 02.684.941/0001-17

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:06:28 do dia 29/11/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/12/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

**DECLARAÇÃO ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS INSTALAÇÕES
EQUIPAMENTOS**



Declaro, para os fins de direito, que a ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Carauari, estado do Amazonas, encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Carauari, AM, 29 de novembro de 2013.

Joselio Oliveira Nepomuceno
(assinatura do representante da entidade)

Nome do representante legal da entidade: JOSELIO OLIVEIRA NEPOMUCENO
CPF nº: 662.532.762-04

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.684.941/0001-17 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 03/07/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO KARABABA DE CULTURA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO AV SAMUEL AMARAL	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 69.600-000	BAIRRO/DISTRITO SAMUEL AMARAL	MUNICÍPIO CARAUARI	UF AM
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **02/07/2013** às **10:59:53** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)

02/07/2013



Estado do Amazonas
PODER JUDICIÁRIO



CARTÓRIO DE TÍTULOS DOCUMENTOS DA COMARCA DE CARAUARI - AM
Oficial: RAIMUNDO NONATO FELINTO CÂM
Rua Floriano Peixoto nº 1247 – Centro
Fone/Fax: 097-3491-1343 - CEP: 69.500-000 – Carauari - AM



CÓPIA AUTENTICA DA ATA DE FUNDAÇÃO E APROVAÇÃO DE ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA

03/02/98

Aos três do mês de julho de 1998 reuniram-se os representantes da Comunidade de Moradores do Município de Carauari, Estado do Amazonas, que assinam no final deste, com a finalidade de criar uma Associação Civil. Para presidir e secretariar a reunião foram aclamados, respectivamente, o Sr. Luiz Carlos Gomes Moreira e o Sr. Bruno Luiz Litaiff Ramalho. O senhor presidente apresentou os objetivos da reunião e propôs uma minuta de Estatuto Social que deverá reger o funcionamento da Associação Karababá de Cultura. Aprovada a proposta por todos os presentes, o Sr. Presidente da reunião passou a minuta do Estatuto para o Sr. Secretário, que solicitado foi lido, artigo por artigo e em seguida, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Antes do encerramento dos trabalhos, o Sr. Luiz Carlos Gomes Moreira propôs e foi aprovada por unanimidade a realização da Assembléia Geral para eleger e dar posse à primeira Administração da Associação Karababá de Cultura na data de 10/07/1998. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião de Fundação e Aprovação do Estatuto da Associação Karababá de Cultura, e eu Bruno Luiz Litaiff Ramalho, Secretário, lavrei a presente ata que será assinada por todos os sócios fundadores presentes. Relação de participantes da Ata de Fundação e Aprovação de Estatuto da Associação Karababá de Cultura realizada em 03/07/98. Luiz Carlos Gomes Moreira – CPF: 779.308.948-000 – Alcinei R. da Silva – Av. Samuel Amaral, s/nº CIC 135.654.002-34. Luciana Furtado Pauxis, Av. D. Pedro II, nº 391 – CPF: 406.402.972-91. Marcelo Furtado Pauxis – Rua Floriano Peixoto, CIC 274.083.532-91. Raimundo Nonato de Oliveira, Rua Presidente Figueiredo, s/nº 336.711.172-42, Manuel da Silva Cunha, Comunidade Mandioca, CIC 630.807.932-15; João Vicente de O. Júnior, CIC 417.693.252-04, Otacílio Cipriano de Souza – Rua da Liberdade, s/nº 227.814.472-34, Sidonay S. Litaiff Ramalho – Rua Ruy Barbosa, nº 43 – Centro, CIC 412.919.642-15. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Carauari, aos dez (10) de agosto de mil novecentos e noventa e oito (1998). Eu, Maria Mônica Nogueira Maia, Sub-Oficial do



Estado do Amazonas
PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE TÍTULOS DOCUMENTOS DA COM/

Oficial: RAIMUNDO NONATO FELINTO CÂNDIDO

Rua Floriano Peixoto nº 1247 – Centro

Fone/Fax: 097-3491-1343 - CEP: 69.500-000 – Carauari

Cartório da Comarca de Carauari

Carauari - AM
Raimundo Nonato Felinto Cândido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
AR097894-90

AUTENTICAÇÃO

Valor ato: 3,25
Data/Hora da utilização: 01/07/2013 08:31:23
Emitido por: Raimundo Nonato Felinto Cândido
FUNETJ 0,24 FUNDPGE 0,02
E08F-B598-F088-F6F9
Consulte o selo em www.seloam.com.br

Registro Integral de Títulos, documentos e outros papéis, que escrevi, subscrevo e assino.
Carauari, 10 de agosto de 1998. Em Testemunho da Verdade.

Certifico e dou fé que a cópia é reprodução autêntica do Livro B-1 de Registro Integral de Títulos, Documentos e outros Papéis, às fls. 140-V e 141, sob a matrícula nº 651, extraída nos termos do artigo 19, parágrafo 1º da Lei 6.015/1.973.

Carauari/AM, 04 de fevereiro de 2009.

[Assinatura]
Em Testº da Verdade.
Raimundo Nonato Felinto Cândido
Oficial
RS: nº 1269617-0/AM



NÃO NOS RESPONSABILIZAMOS
POR RASURAS, EMENDAS SEM
A RESSALVA DESTE CARTÓRIO



Estado do Amazonas
PODER JUDICIÁRIO



CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE CARAUARI-AM
Oficial: **RAIMUNDO NONATO FELINTO CÂNDIDO**
Rua Floriano Peixoto nº 1247 – Centro
Fone/Fax: 097-3491-1343 - CEP: 69.500-000 – Carauari.

Cartório da Comarca de Carauari
Carauari - AM
Raimundo Nonato Felinto Cândido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
CAR097999-60
AUTENTICAÇÃO
Valor ato 3,22
Data/Hora da Autenticação 11/07/2013 08:20:13
Emitido por Raimundo Nonato Felinto Cândido
FUNFTJ 0,24 FUNDPAM 0,12 FUNDPGE 0,07
PDBB 3908-F439-97AB
Consulte o selo em www.seloam.com.br



CÓPIA AUTÊNTICA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA CARAUARI - AM

CAPÍTULO I

Da Constituição, Denominação, sede e Objetivos.

Art. 1º – A Associação Karababá de Cultura, é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social – Atuando no âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes de Carauari-Amazonas. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosa, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam e devem ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional e de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A associação terá duração indeterminada, com numero ilimitado de sócios, e sua sede provisória está localizada na Av. Samuel Amaral, s/nº - Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000 Carauari-AM.

Art. 2º - Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) – Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens a manifestação folclórica, artística e cultural;

- b) – Identificar os existentes ou criar ou desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;
- * c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, transportes, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidade de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas;
- d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumentos para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidade, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;
- * e) Fortalecer os laços institucionais com os representantes políticos da comunidade, com as demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimentos ao exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade comunitária;
- f) - Fomentar em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimentos das Leis, de Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas Econômicas, as instituições sociais, fortalecendo os espíritos de brasilidade, o respeito e a consideração para os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção.





Estado do Amazonas
PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE TÍTULOS DOCUMENTOS DA COMARCA

Oficial: **RAIMUNDO NONATO FELINTO CÂNDIDO**

Rua Floriano Peixoto nº 1247 – Centro

Fone/Fax: 097-3491-1343 - CEP: 69.500-000 – Carauari

Cartório da Comarca de Carauari

Carauari - AM

Raimundo Nonato Felinto Candido

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

AUTENTICAÇÃO

Valor ato 3,25

Data/Hora da utilização 08/07/2013 18:20:12

Emitido por Raimundo Nonato Felinto Candido

FUNETJ 0.24

Valor documentos 2,42

Data/Hora da utilização 08/07/2013 18:20:12

Emitido por Raimundo Nonato Felinto Candido

FUNETJ 0.24

D8BA-42-9-E556-5B2

Criado em 08/07/2013 em www.seloeletronico.com.br

Parágrafo Único – Para abranger seus objetivos a Associação Karababá de Cultura atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferências; organizando cursos, treinamentos e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais; realizando programas especiais em emissores de rádios e de televisão e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob a responsabilidade ou por meios de acordos ou contratos de prestação de serviços e parcerias com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, as normas constitucionais (art. 5 – Inciso IX da Constituição).

CAPITULO II

Dos Associados, Direitos e Deveres.

Art. 3º - Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolva suas atividades profissionais e econômicas na área do município de Carauari-AM, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

Parágrafo 1º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições.

Parágrafo 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

Parágrafo 3º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- a) **Fundadores** – Os que participam das reuniões preliminares e/ou da Assembléia de instalação da associação;
- b) **Contribuintes** – Os que se inscreveram após o encerramento do Livro de Fundação e mantenham suas contribuições e participação em dias;



Estado do Amazonas
PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE TÍTULOS DOCUMENTOS DA COM

Oficial: **RAIMUNDO NONATO FELINTO CA**

Rua Floriano Peixoto nº 1247 – Centr

Fone/Fax: 097-3491-1343 - CEP: 69.500-000 – Car

Cartório da Comarca de Carauari

Carauari - AM

Raimundo Nonato Felinto Candido

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

AR097886-88

AUTENTICAÇÃO

Valor ato: 3,25

Data/Hora da utilização: 01/07/2013 16:40

Emitido por: Raimundo Nonato Felinto Candido

FUNETJ 0,24

FUNETJ 0,07

272E-280B-E7E5-7896

Consulte o selo em www.tam.br

e) **Honorários** – Cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços a associação ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Art. 4º - São deveres inalienáveis e intrasferíveis dos associados:

a) Aceitar como seus os objetivos fundamentais da associação, buscando integrá-los decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de Atividades e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembléias;

b) – Prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos, e atividades programadas, justificando, de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhes forem atribuídos tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;

c) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembléias indicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contra-tempos à Diretoria no cumprimento das obrigações assumidas em nome da Associação.

Art. 5º - Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais, os Planos de atividades e as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) – Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;

b) – Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;

c) – Afastamento do Quadro Social.

Parágrafo 1º - O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denuncia da Secretaria ou da Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, que poderá recorrer e apresentar defesa.

Parágrafo 2º - Será excluído automaticamente sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas.

CAPITULO III



Estado do Amazonas
PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE TÍTULOS DOCUMENTOS DA COMARCA DE CARAUARI

Oficial: **RAIMUNDO NONATO FELINTO CÂNDIDO**

Rua Floriano Peixoto nº 1247 – Centro

Fone/Fax: 097-3491-1343 - CEP: 69.500-000 – Carauari/Amazonas

Dos Dirigentes, da Estrutura e do Funcionamento

Art. 6º - São Legítimos Dirigentes:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro e
- e) 2º Tesoureiro.

Art. 7º - Compete ao Presidente:

- a) Representar a Associação em todos os Atos Públicos, em Juízo e fora dele;
- b) Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-las para atos decorrentes das Atividades Associativas;
- c) Presidir as Assembléias extraordinárias;
- d) Presidir conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da Associação;
- e) Dar posse ao membro da Diretoria;
- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;
- g) Supervisionar quaisquer atividades da Entidade;
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos de administração em geral;
- i) assinar com o secretário as Atas de Reunião e Assembléias;
- j) Assinar com o Tesoureiro, os contratos que obriguem a Associação...a quaisquer ordem de pagamento ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósito e quaisquer espécie do título, cauções, ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.

Parágrafo Único – O presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem. Vice-Presidente e Tesoureiro.





Estado do Amazonas
PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE TÍTULOS DOCUMENTOS DA COMARCA

Oficial: **RAIMUNDO NONATO FELINTO CÂNDIDO**

Rua Floriano Peixoto nº 1247 – Centro

Fone/Fax: 097-3491-1343 - CEP: 69.500-000 – Carauari-AM

Cartório da Comarca de Carauari
Carauari - AM
Raimundo Nonato Felinto Cândia
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AR07084-60
AUTENTICAÇÃO
Fls. 1
Rubrica
Valor ato 3,25
Data/Hora da utilização 01/03/2013 13:00
Emitido por Raimundo Nonato Felinto Cândia
FUNETJ 0,24
FUNDJGF 0,07
B398-3458-28CF-69E6
Consulte o site em www.seloam.com.br

Art. 8º - Compete ao Vice-Presidente: Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designada e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

Art. 9º - Compete ao Secretário: Superintender os trabalhos da Secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade e:

- a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembléias;
- b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretaria mantendo-o em dia;
- c) Lavrar, subscrever os Atos de reunião da Diretoria e das Assembléias;
- d) Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho.

Art. 10º - Compete ao Tesoureiro, e em seu impedimento ao 2º Tesoureiro:

- a) Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitados;
- b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- c) Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de comprovantes;
- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem da Presidência.

CAPITULO IV

Disposições Gerais e Permanentes

Art. 11º - O mandato da Diretoria Executiva será de três anos, não sendo permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação por membros da Diretoria ou do

03 anos



Estado do Amazonas
PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE TÍTULOS DOCUMENTOS DA COM

Oficial: **RAIMUNDO NONATO FELINTO CÂ**

Rua Floriano Peixoto nº 1247 – Centro

Fone/Fax: 097-3491-1343 - CEP: 69.500-000 – Carauari-AM



Conselho com a devida autorização da Diretoria com a consequente fixação de custas e taxas correspondentes.

Art. 12º - Com fins de atender ao disposto na legislação do serviço de Radiodifusão Comunitária, fica definido que:

- a) a responsabilidade e a orientação intelectual da Associação caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- b) O quadro de pessoal da Associação será constituído de, ao menos 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;
- c) A Associação não poderá efetuar nenhuma alteração do presente Estatuto sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Art. 13º - A associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembléia Extraordinária, convocada para este fim, com voto favorável de no mínimo, um terço dos associados em situação regular.

CAPITULO V

Das Eleições

Art. 14º - Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

Art. 15º - Somente poderão votar os filiados até 180 dias antes da data das eleições.

Art. 16º - Somente poderão ser votados os filiados até doze meses antes da data das eleições.

Art. 17º - As chapas poderão inscrever-se até 60 dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 18º - A assembléia para as eleições será convocada por edital público no jornal de grande circulação no município sede da associação.



Estado do Amazonas
PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE TÍTULOS DOCUMENTOS DA COMARCA

Oficial: **RAIMUNDO NONATO FELINTO CÂNDI**

Rua Floriano Peixoto nº 1247 – Centro

Fone/Fax: 097-3491-1343 - CEP: 69.500-000 – Carauari.

Cartório da Comarca de Carauari

Carauari - AM
Raimundo Nonato C. C. Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AR097882-63

AUTENTICAÇÃO

Valor ato 3,25
Data/Hora da emissão 07/07/2013 09:29:11
Emitido por Raimundo Nonato Felinto Candi
FUNETJ 0.03 FUNOPAM 0.12 FUNDEGE 0.07
8E08-4F9D-9446-AD2E
Consulte o selo em www.seloam.com.br

Art. 19º - As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 20º - As chapas inscritas poderão indicar dois fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único: Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à Secretaria da Associação até 30 dias antes das eleições.

CAPITULO VI

Das Disposições Transitórias

Art. 21º - A presidência poderá autorizar a Secretaria Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

Art. 22º - O atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia.

CAPITULO VII

Do Patrimônio Social

Art. 23º - A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- a) contribuições regulares de filiados;
- b) subvenções, auxílios e dotações;
- c) doações e legados;
- d) rendas patrimoniais;
- e) contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- f) arrecadação contributiva decorrente de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação Karababá de Cultura, com base nos direitos legais, permitido pela Constituição da República do Brasil;



Estado do Amazonas
PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE TÍTULOS DOCUMENTOS DA COMA

Oficial: RAIMUNDO NONATO FELINTO CÂML

Rua Floriano Peixoto nº 1247 – Centro

Fone/Fax: 097-3491-1343 - CEP: 69.500-000 – Caraua

Cartório da Comarca de Caruaru
Caruaru - AM
Raimundo Nonato Felinto Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AR09/884-85
AUTENTICAÇÃO
Valor ato 3,25
Data/Hora da utilização 22/08/2013 14:22
Emitido por Raimundo Nonato Felinto CÂML
FUNETJ 0,24
7C823A68-C368-8173
O selo eletrônico em www.seloam.com.br

Parágrafo Único: Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembléia específica.

Art. 24º - A presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPITULO VIII

Da Assembléia Geral

Art. 25º - A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária e extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Uma hora antes do inicio dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o “Livro de Presença”, onde sócios lançarão suas assinaturas.

Parágrafo 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-la.

Parágrafo 3º - O Presidente da Assembléia, além de seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo 4º - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo 5º - A ata dos trabalhos, lavrada pelo Secretário será assinada pelos componentes da mesa e por três sócios escolhidos pela Assembléia.

Art. 26º - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de junho.

Art. 27º - São atribuições da Assembléia Geral:

- a) examinar e aprovar e não, as contas da diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- b) eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos Conselhos consultivo e Fiscal;
- c) destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal, mediante o voto concorde de, no mínimo, um



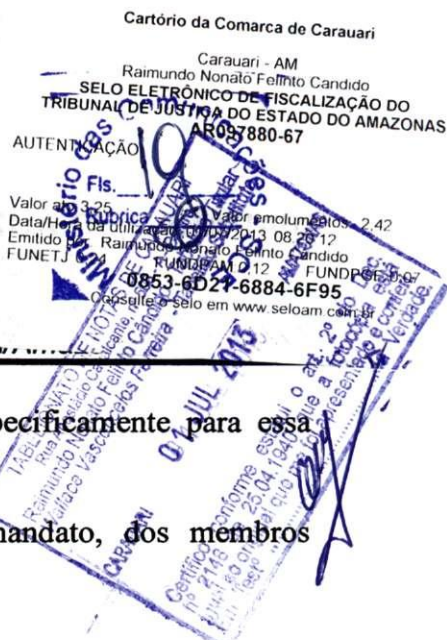
Estado do Amazonas
PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE TÍTULOS DOCUMENTOS DA COMARCA

Oficial: **RAIMUNDO NONATO FELINTO CÂNE**

Rua Floriano Peixoto nº 1247 – Centro

Fone/Fax: 097-3491-1343 - CEP: 69.500-000 – Carauari, AM



terço (1/3) dos associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para essa finalidade, em Assembléia Geral Extraordinária;

d) promover imediata substituição e pelo prazo restante de mandato, dos membros destituídos, na forma da letra C deste Artigo;

e) deliberar sobre os demais assuntos constantes da “Ordem do Dia”.

Art. 28º - A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos, Fiscal, ou por um terço, no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiveram motivado a convocação.

Art. 29º - As Assembléias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 dias, mediante edital à ser afixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dias com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 08 dias.

Art. 30º - A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença, pessoal ou através de procuração, da maioria dos Associados.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

Parágrafo 2º - Só poderá votar e ser votado, o sócio quite com a Tesouraria.

Parágrafo 3º - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a “Ordem do Dia”.

Art. 31º - Na falta de comparecimento à Assembléia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto na letra c do art. 28º.

CAPITULO IX

Das Disposições Finais

Art. 32º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvindo o Presidente da Entidade.

Art. 33º - O presente Estatuto entra em vigor nesta data.

10



Estado do Amazonas
PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE TÍTULOS DOCUMENTOS DA COMARCA DE CARAUARI

Oficial: **RAIMUNDO NONATO FELINTO CÂNDIDO**

Rua Floriano Peixoto nº 1247 – Centro

Fone/Fax: 097-3491-1343 - CEP: 69.500-000 – Carauari/Amazonas

Art. 34º - A associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembléia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de dois terços, e após se dera destino ao seu patrimônio.

Parágrafo Único: Os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Carauari, 03/07/1998

Luiz Carlos Gomes Moreira – Presidente, Lourenço Braga – Advogado OAB/AM nº 770.
O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Carauari, aos dez (10) de agosto de mil novecentos e noventa e oito (1998). Eu, Maria Mônica Nogueira Maia, Oficial Substituta do Registro Integral de Títulos, Documentos e outros papéis, que escrevi, subscrevo e assino. Carauari, 10 de agosto de 1998. Em Testemunho da Verdade.

Certifico e dou fé que a cópia é reprodução autêntica do Livro B-1 de Registro Integral de Títulos, Documentos e outros Papéis, às fls. 141, 141-V, 142 e 142-V, sob a matrícula nº 652, extraída nos termos do artigo 19, parágrafo 1º da Lei 6.015/1.973.

Carauari/AM, 04 de fevereiro de 2009.

Em Testº da Verdade.

Raimundo Nonato Felinto Cândido

Oficial

Cartório da Comarca de Carauari

Carauari - AM

Raimundo Nonato Felinto Cândido

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

AR097879-70

AUTENTICAÇÃO

Valor ato 3,25

Data/hora da utilização: 01/07/2013 08:20:13

Valor emolumentos

Emitido por: Raimundo Nonato Felinto Cândido

FUNETJ 0,24 FUNDPAM 0,12

1EEF-A442-3DD3-A35B

Consulte o selo em www.seloam.com.br



TAI34344



01 JUL 2013

NÃO NOS RESPONSABILIZAMOS
POR RASURAS, EMENDAS SEM
A RESSALVA DESTE CARTÓRIO

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO
KARABABÁ DE CULTURA**

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE CARAUARIAM

REGISTRO Nº 652 PLS 1921/08 ELS 1921/08

"CERTIDÃO EM ANEXO" Rubrica

Carauari

05/04/2012 - 09/04/2012
Oficial

Aos 05 (cinco) dias do mês de abril do ano de 2012 (dois mil e doze), reuniram-se os associados da **Associação Karababá de Cultura**, conforme convocação feita em reunião do dia 26 (vinte e seis) de março de dois mil e doze, com a finalidade de realizar a assembleia geral para eleger e dar posse a nova administração da Associação Karababá de Cultura. Foram aclamados para presidir e secretariar os trabalhos, respectivamente, as associadas **Sidonay Socorro Litaiff Ramalho** e **Marinaira da Silva Nascimento**. Tomando a palavra a Sra. Sidonay deu por aberto os trabalhos, fazendo a chamada dos presentes, de acordo com o Estatuto Social da entidade. Depois de verificado que o quadro de associados estava com numero suficiente de quórum, a Sra. Presidente dos trabalhos oficializou a instalação da Assembleia Geral, lendo para os presente a Ordem do Dia, onde constava a eleição e posse da nova diretoria da administração, em virtude do afastamento do então Presidente Bruno Luiz Litaiff Ramalho. Em seguida, solicitou a Sra. Secretária que apresentasse a relação das chapas inscritas à concorrerem à eleição. A Secretária informou que apenas uma chapa de consenso foi inscrita, indicando para compor a nova administração e os cargos de diretoria, os seguintes associados: **Presidente: Josélio Oliveira Nepomuceno; Vice-Presidente: Marinaira da Silva Nascimento; 1º Tesoureiro: Sidonay Socorro Litaiff Ramalho; 2º Tesoureiro: Antônio Souza Ferreira; Secretária: Meyreânglia Ribeiro da Silva; Presidente do Conselho Administrativo/Fiscal: Ivanete da Cruz Gomes Chaves e demais membros do referido conselho: Maria Cirley da Silva Amorim e Darlene Ferreira Cavalcante**. Após apresentada a chapa e observado haver consenso entre os presentes, a Sra. Sidonay Socorro Litaiff Ramalho, Presidente da Assembleia, determinou à Secretária que procedesse a apresentação da Chapa para aclamação por todos os associados presentes. Tendo sido a chapa aclamada por unanimidade por todos os presentes, a Secretária propôs à Presidente da Assembleia que procedesse a posse dos aclamados para administrar a Associação. A Sra. Sidonay Socorro Litaiff Ramalho, acolhendo a proposta apresentada, chamou à mesa os eleitos e, diante de todos os presentes, deu como empossada, a nova Administração da Associação Karababá de Cultura. Em seguida, passou a palavra para o Sr. Josélio Oliveira Nepomuceno, eleito Presidente, que usando da palavra, agradeceu aos presentes e propôs a nomeação e instalação do Conselho Comunitário da Associação, permanecendo o mesmo da administração anterior, ou seja, convidando para reassumir como Presidente o Senhor Francisco Cabral do Nascimento, CPF 723 981 322 34, representando a Associação de Pais e Mestres da Escola Maria Rosíria da Silva, CNPJ 03.186.789/0001-05 e para demais membros, os Senhores, Eliandro da Silva



Nascimento, representando a Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Regina Silva do Carmo, CNPJ 06584203/0001-59; Otacílio Cipriano de Souza, CPF 227 814 472 34, representando a Associação dos Moradores do Assentamento da estrada do Riozinho, CNPJ 03.452.566/0001-42; Jaime Costa Pereira, representando o Conselho de Desenvolvimento Humano de Carauari, CNPJ 07335662/0001-61 e o Senhor Raimundo Nonato de Oliveira, CPF 336 711 172 49, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari, CNPJ 04954889/0001-05. Os indicados foram convidados e apresentaram-se à mesa e foram aclamados pelos presentes, e por consequência foram empossados pelo Senhor Presidente eleito da Associação, Josélio Oliveira Nepomuceno. Em seguida a Senhora Presidente da Assembleia, observando não haver mais nenhum item na ordem do dia a ser tratado, agradeceu a todos os presentes e deu por encerrada a Assembleia Geral da Associação Karababá de Cultura. Eu, Marinaira da Silva Nascimento, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos demais presentes.

Carauari, 05 de Abril de 2012.

Adelino Lima

Marco Monteiro de Brito

~~Marinaira~~

Rodrigo Sales da Silva

Regiane Batista dos Santos

C. J. F.

Rocimário do Amoroso da Almeida
Jucilene Soares de Oliveira



~~Antônia~~

Antônia Nágela Souza Nascimento
Samuel x Stela Lopes da Silva.

Leida Maria Teodozio do Lima

Elisan Mano do Silo

Paul Roberto C. de Oliveira

Raimundo Antonio da Silva Moraes

MISLIANDER GOMES ALMEIDA ID 1370569-5

M^a do Perpétuo Socorro da S. e Silva





Estado do Amazonas



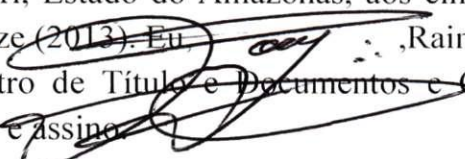
Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Rua Anastácio Cavalcante, nº 508-A – Centro – CEP: 69.500-000 – Carauari-AM

RAIMUNDO NONATO FELINTO

CÂNDIDO, Oficial do Registro de Título e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Carauari, Estado do Amazonas, na forma da lei.



CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA**, datada de 05 de abril de 2012, contendo duas laudas, foi devidamente **registrada** no Livro A de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, às fls. **01 a 02**, sob a matrícula **001**. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Carauari, Estado do Amazonas, aos cinco (05) dias do mês de julho do ano dois mil e treze (2013). Eu, , Raimundo Nonato Felinto Cândido, Oficial do Registro de Título e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, que digitei, subscrevo e assino.

Carauari, 05 de julho de 2013.

Em Teste da Verdade.


Raimundo Nonato Felinto Cândido
RG 1269617-0/A
Oficial



SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO AR097997-52, TDPJ, Protocolo: 1, Número registro: 1, Número averbação: 1, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, Valor ato: R\$71,98, Valor emolumentos: R\$61,00, Data/Hora da utilização: 05/07/2013 08:41:26, Emitido por: Raimundo Nonato Felinto Cândido, FUNETJ:R\$ 6,10 FUNDPAM:R\$ 3,05 FUNDPGE:R\$ 1,83, 853E-3A7A-6FB3-C478, Consulte o selo em www.seloam.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO AR097998-50, TDPJ, Protocolo: 1, Número registro: 1, Número averbação: 1, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABÁ DE CULTURA, Valor ato: R\$28,79, Valor emolumentos: R\$24,40, Data/Hora da utilização: 05/07/2013 08:44:36, Emitido por: Raimundo Nonato Felinto Cândido, FUNETJ:R\$ 2,44 FUNDPAM:R\$ 1,22 FUNDPGE:R\$ 0,73, BECE-BBDA-0E45-FFCF, Consulte o selo em



Estado do Amazonas

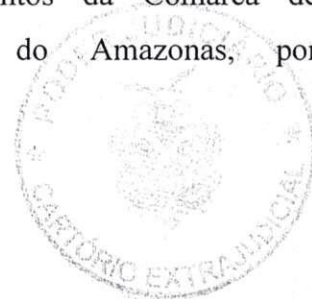


Cartório do Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis

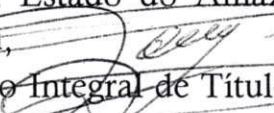


RAIMUNDO NONATO FELINTO

CÂNDIDO, Oficial do Registro Integral de Títulos e Documentos da Comarca de Carauari, Estado do Amazonas, por nomeação legal etc.



CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Assembleia Geral de Eleição e Posse da Diretoria da Associação Karababá de Cultura, foi devidamente Averbada no Livro **B-1** de Registro Integral de Títulos, documentos e outros Papéis, às fls. **142-V e 143**, sob a matrícula **AV-04-652**. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Carauari, Estado do Amazonas, aos nove (09) de agosto de dois mil e doze (2012). Eu, , Raimundo Nonato Felinto Cândido, Oficial do Registro Integral de Títulos, Documentos e outros Papéis, que digitei, subscrevo e assino.

Carauari, 09 de agosto de 2012.

Em Test^o  da Verdade.

Raimundo Nonato Felinto Cândido
OAB 126817-01AM
Oficial

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS. SELO AM748218-51. TDPJ. Protocolo: 1, Número registro: 652, Número averbação: 4, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, Valor ato: R\$70,15, Valor emolumentos: R\$61,00, Data/Hora da utilização: 09/08/2012 15:09:51, Emitido por: Raimundo Nonato Felinto Cândido, FUNETJ:R\$ 6,10 FUNDPAM:R\$ 3,05, 656F-64B5-752A-EC36, Consulte o selo em www.seloam.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS. SELO AM748219-50. TDPJ. Protocolo: 1, Número registro: 652, Número averbação: 4, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, Valor ato: R\$28,06, Valor emolumentos: R\$24,10, Data/Hora da utilização: 09/08/2012 15:10:14, Emitido por: Raimundo Nonato Felinto Cândido, FUNETJ:R\$ 2,44 FUNDPAM:R\$ 1,22, 685D-DBB6-AC75-47D9, Consulte o selo em www.seloam.com.br



ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA

Aos vinte e sete (27) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze (2012), às 19:30 horas, na sala de reuniões da Associação Karababá de Cultura, realizou-se reunião do Conselho Comunitário, em atendimento aos preceitos da lei, que contou com a presença dos conselheiros Francisco Cabral do Nascimento, Eliandro da Silva Nascimento, Otacilio Cipriano de Souza, Jaime Costa Pereira, Raimundo Nonato de Oliveira e, como convidado, com o Senhor Luiz Carlos Gomes Moreira. O objetivo principal da reunião foi a avaliação da grade de programação da Rádio Karababá FM, veiculada durante o ano em curso e prestes a finalizar. A avaliação, que consta do Relatório em anexo à presente Ata, foi feita levando em conta os princípios que norteiam a programação das emissoras de radiodifusão comunitária, estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612/1998. Após a realização da avaliação, o Conselheiro Sr. Eliandro da Silva Nascimento pediu a palavra e, em nome de todos os membros do Conselho, elogiou e parabenizou o Senhor Luiz Carlos Gomes Moreira pela condução dos trabalhos e representação da Rádio Karababá FM e, ainda, pela grande audiência do programa que o mesmo apresenta, "A hora da Ave Maria – o programa da família". Em seguida, não tendo nada mais a acrescentar, Eu, Jaime Costa Pereira, secretariando esse evento, passo a datar e assinar este documento, que também vai assinado pelos Conselheiros presentes.

Carauari, 27 de dezembro de 2012

Jaime Costa Pereira
Jaime Costa Pereira

Francisco Cabral do Nascimento
Francisco Cabral do Nascimento

Eliandro da Silva Nascimento
Eliandro da Silva Nascimento

Otacilio Cipriano de Souza

Raimundo Nonato de Oliveira
Raimundo Nonato de Oliveira

Otacilio Cipriano de Souza

W.S.

ANEXO



RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA – RÁDIO KARABABÁ FM

Em atendimento ao art. 8º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comutaria, procedemos à avaliação da grade de programação veiculada pela Rádio Karababá FM, durante o ano em curso, objetivando verificar se a mesma atende ao interesse exclusivo da comunidade e aos princípios estabelecidos na lei acima referida.

Durante o ano de 2012 a citada emissora veiculou a seguinte programação:

HORÁRIO	PROGRAMA	DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO
Das 6 às 8 horas	Programa da Manhã	Programa com músicas regionais e sertanejas e também com as primeiras notícias da manhã. Com muita animação e muitas brincadeiras busca atender, principalmente, o público adulto que acorda cedo e já liga seu rádio.
Das 8 às 10 horas	Programa Bom Dia Carauari	Programa com músicas variadas, curiosidades culturais da região e com abertura de espaço para a participação popular.
Das 10 às 12 horas	Programa Cidade FM	Programa com músicas destinadas especialmente aos jovens, atendendo a pedidos musicais dos ouvintes, e divulgando informações sobre as programações festivas da cidade.
Das 12 às 14 horas	Programa Jornal da Tarde	Programa com notícias locais e regionais, incluindo entrevistas com autoridades e/ou convidados.

Das 14 às 16 horas	Programa Antena 1	Programa com músicas variadas e que também atende a solicitações dos ouvintes.
Das 16 às 18 horas	Programa da Tarde	Programa de divulgação da cultura regional, com músicas de forró e toadas de boi bumbá, procurando trazer sempre lançamentos musicais.
Das 18 às 19 horas	Programa A hora da Ave Maria – o programa da família	Programa com músicas e mensagens cristãs e de otimismo, procurando atender indistintamente a diversos credos religiosos.
Das 19 às 21 horas	Programa Aberto	Programa com a participação de talentos da cidade e aprendizes que possam, no futuro, participar da programação da emissora.
Das 21 às 23 horas	Programa Relax FM	Programa com músicas nacionais e internacionais variadas, fechando a programação da emissora.

Avaliando a grade de programação acima descrita, os Srs. Conselheiros, por unanimidade, concluíram que os programas veiculados são de excelente qualidade, sem proselitismo e sem discriminação de qualquer natureza, atendendo totalmente aos interesses da comunidade, com ampla participação popular, e cumprem todos os princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612/1998, bem como as demais disposições legais e regulamentares.

Carauari, 27 de dezembro de 2012

Jaime Costa Pereira
Jaime Costa Pereira

Francisco Cabral do Nascimento
Francisco Cabral do Nascimento

Eliandro da Silva Nascimento
Eliandro da Silva Nascimento

Otacílio Cipriano de Souza
Otacílio Cipriano de Souza

Raimundo Nonato de Oliveira
Raimundo Nonato de Oliveira

WJ



LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O K A R A B A B Á D E C U L T U R A

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC 02684941000117

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R a d i o K a r a b a b á F M

Portaria de Autorização nº 287 de 2001 Publicada no D.O.U de 31 de maio de 2001

Decreto Legislativo nº 144 de 2003 Publicado no D.O.U de 16 de abril de 2003

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

A v e n i d a S a m u e l A m a r a l , s / n °

BAIRRO

S a m u e l A m a r a l

CIDADE

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

C i d a d e C a r a u a r i

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

A M 04° 52' 20" S 66° 53' 23" W

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

A v e n i d a S a m u e l A m a r a l , s / n °

BAIRRO

S a m u e l A m a r a l

CIDADE

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

C i d a d e C a r a u a r i

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

A M 04° 52' 20" S 66° 53' 23" W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

A v e n i d a S a m u e l A m a r a l , s / n °

BAIRRO

S a m u e l A m a r a l

CIDADE

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

C i d a d e C a r a u a r i


Eng.º Carlos Augusto de Jesus Falcão
CREA Nº 2291-D-AM/RR

Estação em perfeito funcionamento e dentro das características técnicas aprovadas pelo Ministério das Comunicações.

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

Frequencímetro YAESU - YC500E
Wattímetro BIRD ELECTRONIC - 43
Medidor GPS GARMIN - 78S

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

C A R L O S A U G U S T O D E J E S U S F A L C Ã O

ENDEREÇO

R u a S ã o D o m i n g o s , n º 5

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

A l e i x o

BAIRRO

CIDADE

M a n a u s U F A M

REG.CREA

2 2 9 1 D A M

FORMAÇÃO

E n g º E l e t r i c i s t a

CEP

6 9 0 6 0 - 1 1 0

TELEFONE

0 9 2 - 3 2 3 2 3 8 4 2

FAX

-

E-MAIL

c a r l o s a u g u s t o f a l c a o @ y a h o o . c o m . b r

LOCAL

M a n a u s / A M


DATA

0 9 / 0 7 / 2 0 1 3

ASSINATURA

Carlos Augusto de Jesus Falcão
Eng.º Carlos Augusto de Jesus Falcão
CREA Nº 2291-D-AM/RR

[Assinatura]

 <p>CREA-AM Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA</p>	ART Nº: 18890/2013 Cadastro: 08/07/2013 Início da Obra: 08/07/2013 Assinatura Contrato: 08/07/2013 ABERTA	
---	--	--

Contratado	Nome do Profissional Responsável CARLOS AUGUSTO DE JESUS FALCAO	Título do Profissional Responsável ENGENHEIRO ELETRICISTA	Nº Reg. no CREA-AM 2291-D/AM-RR
	Endereço do Profissional Responsável/CEP RUA SÃO DOMINGOS ,5, - ALEIXO - MANAUS/AM		Telefone Profissional 92-3232-5842
	Nome da Empresa Contratada	Nº Reg./Visto no CREA-AM	Telefone Empresa

Contratante	Nome do Contratante ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA (CARAVAM/AM)	CPF ou CGC 026.849.410-00
	Endereço para Correspondência RUA SAMUEL AMARAL, S/Nº, CARAVAM/AM - SAMUEL AMARAL - CARAUARI/AM	Telefone

Descrição	Resumo do Contrato: Descrito da Obra e/ou Serviço Contratado, Condições, Prazo, Qualificação, Custos, etc. Laudo de Vistoria Técnica da emissora de radiodifusão comunitária, na cidade de CARAUARI, no Estado do Amazonas. INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)		
	Característica Contrato	Valor da Obra/Serviço 800,00	Valor do Honorário 800,00

Assinaturas	Assinaturas <i>Manaus, 12/07/13</i>	Local e Data	Profissional Responsável <i>Eng. Carlos Augusto de Jesus Falcao</i>	Contratante
	Declaro ser de minha responsabilidade, dentro das atividades assumidas nesta ART, o atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. (Esta declaração se aplica apenas para os casos previstos no art. 11, § 1º, do citado Decreto) Este Documento anota perante o CREA-AM, para os efeitos legais, o Contrato Escrito ou Verbal realizado entre as Partes (Lei 6.496/77)			

Reservado ao Resp. Téc.	Nome do Proprietário ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA		CPF ou CGC 02.684.941/0001-17		
	Endereço da Obra e/ou Serviço RUA SAMUEL AMARAL, S/Nº, - SAMUEL AMARAL - CARAUARI/AM		CEP 69.500-000		
	Atividade	Quantidade	Unid.	Reduções	Especificação.
	CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)	800,00	R\$		
	Descrição Complementar da Obra e/ou Serviço				
Participação Individual	Tipo Normal	Vínculo Autônomo	Entidade de Classe ASSOC.ENG.AGR.DO EST.AM. -AEAEA-		
Vinculada à ART nº	Do Profissional:				

Valor	R\$ 60,00
-------	------------------

**Bradesco**

Internet Banking

Comprovante de Transação Bancária

Boleto de Cobrança

Nº de controle: 435.956.354.120.50 | Documento: 0000637



Conta de débito: Agência: 2396 | Conta: 1604-7 | Tipo: Conta-Corrente

Nome: CARLOS AUGUSTO DE JESUS FALCAO

Código de barras: 00194.58967 00057.515256 00028.001188 9 57630000006000

Banco cedente: 001 - BANCO DO BRASIL S.A.

Data do vencimento: 18/07/2013

Data de débito: 08/07/2013

Valor total: R\$ 60,00

Descrição: ART DA ASS KARABABA

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco Internet Banking.

Autenticação

TGy6eIrD yloHFkXy *UWUixjt #KCNQRtI AD5YQbj8 QPgm*IQK BCLbMnte v7yQmRKY
Jjfrvu3y pi7tk5zj MTzuBNwc SX?kK6T? aEMXoAV4 kYIG?d6q @J6nZIjR gaNLLm6*
C?*5zo@@ bGXqv*u5 uSneNwpp QQYITTV8 QbtPSOKS rOoSGwDt 08710163 06830000

SAC - Serviço de Apoio ao ClienteAlô Bradesco
0800 704 8383Deficiente Auditivo ou de Fala
0800 722 0099Cancelamentos, Reclamações e Informações
Atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Ouvidoria 0800 727 9933 Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados.

Demais telefones consulte o site **Fale Conosco**.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.070013/2013 Localidade / UF: CARAUARI/AM
Entidade: ASSOCIACAO KARABABA DE CULTURA
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Pendências:

- Certidão Negativa ANATEL (20.3, b);
- Cópia do RG e CPF (art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 'e' 8.1 da Norma 1/2011);
- Alteração Estatutária.

Mapa RadCom:

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações (20.3, a): FL. 05
- CNPJ válido e atual (20.3, c): FL. 06
- Estatuto atualizado ou cópia das alterações (20.3, d): FL. 10 à 20.
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada (20.3, e): FL. 21 e 22.
- Último relatório do Conselho Comunitário (20.3, h), conforme subitem 21.4. FL. 26 à 27.

É o relatório.


Pedro Luis Barreto Vianha Rocha

ExRen 4



ILUSTRÍSSIMO SENHOR COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE
RADIODIFUSÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 001890/2014-47

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

14/01/2014-14:28 - *searc*

Assunto: solicitação de juntada do documento.

Referência: Processo nº 53000.070013/2013 – 35 (renovação de outorga)

ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.684.941/0001-17, com sede na Avenida Samuel, s/nº, Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000, na cidade de **Carauari**, estado do **Amazonas**, por seu Presidente, vem, respeitosamente, por sua advogada, a presença de Vossa Senhoria, solicitar que seja juntado aos autos do processo de renovação de outorga, supracitado, cópia da alteração estatutária promovida pela requerente, registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 2º Ofício da Comarca de Tefé/AM, no Livro A-4, fls. 124, sob o no R-1-1.024, em 12 de novembro de 2013.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 14 de janeiro de 2014.


ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA
OAB/DF 1540

PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento de mandato, **ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.684.941/0001-17, com sede na Avenida Samuel, s/nº, Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000, na cidade de Carauari, estado do Amazonas, neste ato representada por seu Presidente **Josélio Oliveira Nepomuceno**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 662.532.762-04, portador do documento de identidade RG nº 1497010-4 SSP-AM, residente e domiciliado na Estrada do gavião, 881, Nova República, nomeia e constitui seus bastantes procuradores o Sr. **ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 105.487 e OAB/DF sob o nº 34 272, a Sra. **ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 1.540 e na OAB/MG sob o nº 133.901, a Sra. **FERNANDA SENE DOMINGUES**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 37.191 e a Sra. **CAROLINE VAZ DE MELO MATTOS ABREU**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 29.407, todos com escritório em Brasília, DF, no SHIS, QI 09, Conjunto 17, Casa 14, CEP 71625-170, telefone (61) 3365-2079, para o fim específico de representá-la perante o Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em todos os assuntos de interesse da outorgante junto a esse órgão e entidade, podendo para tanto representar a outorgante em audiências, receber notificações, intimações, comunicações e qualquer outra espécie de documento, assinar petições, apresentar defesas, interpor recursos ou representações, dar declarações, apresentar documentos, firmar termos e compromissos, requerer prorrogação de prazos, ter vistas a processos, requerer cópias, e, ainda, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato. Os outorgados poderão substabelecer os poderes aqui conferidos, integral ou parcialmente.

CARAUARI-AM, 01 de Dezembro de 2013.



Josélio Oliveira Nepomuceno

ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA

Josélio Oliveira Nepomuceno



Cartório da Comarca de Carauari
Carauari - AM
Raimundo Nonato Felinto Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AT238229-99
RECONHECIMENTO DE FIRMA
Nome reconhecido: Josélio Oliveira Nepomuceno
Valor ato: 3,60
Data/Hora da utilização: 09/12/2013 10:01:55
Emitido por: Wallace Vasconcelos Ferreira
D18D-1E32-2427-8423
Consulte o selo em www.seloam.com.br



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE TEFÉ/AM

Rua: Quintino Bocaiuva, n.º 524, Shopping Açaí, 1º Piso, Sala 09, Centro –
Tefé/AM – CEP: 69.470-000

Oswaldo Simas Novo – Oficial * Fone/Fax: (097) 3343-2473

e-mail: cartoriosegundoextrajudicial@gmail.com / doralicetf@gmail.com

Livro n.º A-4 (Registro Civil de Pessoas Jurídicas)

Fls. n.º 123

Matrícula n.º 1023

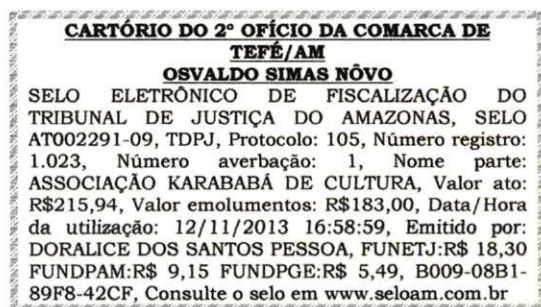
REGISTRO

DATA: Tefé/AM, 12 de novembro de 2013. O Oficial. Oswaldo Simas Novo.

R-1-1023: APRESENTANTE: ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 02.684.941/0001-17, fundada em 03/07/1998, com sede na Avenida Samuel Amaral, s/n.º, Samuel Amaral, em Carauari, Estado do Amazonas. **FORMA DO TÍTULO:** Ata de Assembleia Geral Extraordinária para Alteração de Estatuto Social, realizada dia 01 de agosto de 2013. **CONDIÇÕES:** Todas as demais constantes no referido documento. O referido é verdade e dou fé. Tefé/AM, 12 de novembro de 2013. O Oficial. (a) Oswaldo Simas Novo.

DADO e passado nesta cidade de Tefé, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, aos doze (12) dias do mês de novembro de dois mil e treze (2013). Eu, [Assinatura] Oficial fiz Doralice dos Santos Pessoa, Substituta Legal, conforme Portaria n.º 2.937/2009-TJ/AM digitar, imprimir e assinar.

O Oficial, [Assinatura]



CARTÓRIO 2ª Vara-TEFÉ-AM
Oswaldo Simas Novo
Escrivão
CIC 024 762 902-20

19/10/1971

SIDONAY SOCORRO LITAIFE RAMALHO

419.919.642-15

Cartório da Comarca de Carauari

Carauari - AM
Raimundo Nonato Felinto Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AU274642-05

AUTENTICAÇÃO

Valor: até 3,93

Data/Hora da utilização: 14/02/2014 10:13:55

Emitido por: Wallace Vasconcelos Ferreira

51B4-812A-2C88-FDDE

Consulte o selo em www.seloam.com.br

CARAUARI

14 FEV 2014

Certifico conforme estatui o art. 2º do De-
creto nº 2148 de 25.04.1940 que a fotocópia
igual ao original que me foi apresentado e con-
ferido em Teste da Verdade.

SELO DE NOTAS DE CARAUARI
Raimundo Nonato Felinto Candido - Tabelado Titulo
Wallace Vasconcelos Ferreira - Tabelado Substituto

14 FEV 2014

CARAUARI

AUTENTICAÇÃO

Valor: até 3,93

Data/Hora da utilização: 14/02/2014 11:16:32

Emitido por: Wallace Vasconcelos Ferreira

7203-EB35-7EF2-F806

Consulte o selo em www.seloam.com.br

Cartório da Comarca de Carauari

Carauari - AM
Raimundo Nonato Felinto Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AU274645-00

GÓVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E CONCESSÃO DE MELO



Sidney 3 bits Ramalho



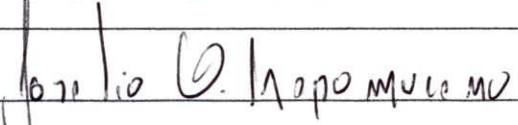
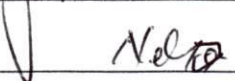
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	091.4349-1
DATA DE EMISSÃO	20/12/1989
R. SIDONAY SOCORRO LITAIF	
ILHO	
FLUQUA JOSE MARIA BAHIA RAMALHO	
MARIA LITAIF RAMALHO	
TEFE-AM	19/10/1971
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO
D.O. ORGEM CERT. NASC. N. 721 FLS. 181 LV. 34	
CL. ARCA TEFE-AM	
SUPERINTENDENTE DE REGISTRO	
PI 119-119	



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRADORDINÁRIA PARA
ALTERAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL

Ao primeiro (01) dia do mês de agosto do ano de 2013 (dois mil e treze) reuniram-se na Av Samuel Amaral, S/N, Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000, Carauari-AM, em Assembléia Geral Extraordinária nos termos do Estatuto Social e do Edital de Convocação em 15/07/2013, os sócios da Associação Karababá de Cultura para discussão e aprovação de alteração no Estatuto Social da referida Instituição. Foi convidado para Presidir a Assembléia Geral Extraordinária o senhor Josélio Oliveira Nepomuceno-Presidente e para secretariar o senhor Nelson Jose Batista Lacerda. A reunião iniciou-se a partir das 8h: 00 com o quorum exigido, o Presidente da Assembléia Geral Extraordinária deu as boas vindas a todos os presentes e ressaltou a importância da alteração do estatuto social da instituição em função da necessidade de adequação a novas exigências legais vigentes do Código Civil Brasileiro e a legislação que rege o sistema de radiodifusão brasileiro, assim como a demais necessidades dos sócios e a administração da instituição. Após os pronunciamentos dos sócios presentes, formou-se dois grupos para discussão e apresentação em Assembléia de minuta de alteração do Estatuto Social. Após as discussões que inseriram, excluíram e ajustaram novos artigos, parágrafos e itens, apresentou-se a assembleia a leitura do novo documento. A pós a leitura do novo documento já com as reformas, foi colocado para aprovação dos presentes, o qual foi aprovado por unanimidade o novo Estatuto Social da Associação Karababá. Não tendo mais nada a discutir, deu-se por encerrada a reunião e mandou-se lavrar a ata, que vai assinada por mim, Nelson Jose Batista Lacerda, que secretariou a reunião, pelo Presidente e pelos demais presentes na reunião. Anexo lista de presença.

Carauari (AM), 01 de agosto de 2013.

JOSÉLIO OLIVEIRA NEPOMUCENO- PRESIDENTE	
NELSON JOSE BATISTA LACERDA- SECRETÁRIO	

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE TEFÉ/AM

Rua: Quintino Bocaiuva, n.º 524, Shopping Açaí, 1º Piso, Sala
09, Centro- Fórum de Justiça-CEP: 69.470-000 * Osvaldo
Simas Nêvo-Oficial
Fone/Fax: (097) 3343-2473

Apresentado para registro no dia 12/11/2013.

Ao expediente das 08:00 às 17:00 horas.

Protocolado no Livro A-1, fls. 104, sob o n.º 2.526.

Registrado no Livro A-4, fls. 123, sob o n.º R-1-1023.

Referente à matrícula n.º 1023.

Tefé/AM, 12 de novembro de 2013.


Oficial/Substituto Legal

CARTÓRIO 2º Vara-TEFÉ-AM
Osvaldo Simas Nêvo
Esc. João
CIC 024.752.902-20

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE
TEFÉ/AM

OSVALDO SIMAS NÊVO

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO
AT002291-09, TDPJ, Protocolo: 105, Número registro:
1.023, Número averbação: 1, Nome parte:
ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, Valor ato:
R\$215,94, Valor emolumentos: R\$183,00, Data/Hora
da utilização: 12/11/2013 16:58:59, Emitido por:
DORALICE DOS SANTOS PESSOA, FUNETJ:R\$ 18,30
FUNDPAM:R\$ 9,15 FUNDPGE:R\$ 5,49, B009-08B1-
89F8-42CF, Consulte o selo em www.seloam.com.br

CARTÓRIO SEGUNDO OFÍCIO
Rua Daniel Sevalho, 124
TEFÉ **AMAZONAS**

OSVALDO SIMAS NOVO
TABELIÃO
CIC/MF N° 024.752.902-20

ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA
CNPJ/MF: 02.684.941/0001-17. Fundada em 03/07/1998.
Av. Samuel Amaral, s/n, Samuel Amaral. Fone (97) 3491-1234.
CEP 69500-000. Carauari-AM



LISTA DE PRESENÇA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
PARA ALTERAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL
DATA ____/____/____

ORD	NOME	ASSINATURA
01	M ^o do Perpétuo Socorro da S. e Silva	M ^o do P. Socorro da S. e Silva
02	Ant ^o Joseane Martins da Silva	Ant ^o Joseane M. da Silva
03	Leilson Michael da Silva Daniel	Leilson Michael da Silva Daniel
04	José Carlos Costa de Lima	José Carlos Costa de Lima
05	Carlos Henrique B. da Silva	Carlos H. B. da Silva
06	Sidonay S. Botaiiff Ramalho	Sidonay S. Botaiiff Ramalho
07	Raíslan Gomes Pereira	Raíslan
08	José Santiago Magalhães	José Santiago
09	Antonio Bernardo da Silva	Antonio Bernardo da S.
10	Paulo do Santo Amador	Paulo do Santo Amador
11	NILSONER G. ALMEIDA	Nilsoner G. Almeida
12	Caruizzi Lopes da Silva	Caruizzi Lopes da Silva
13	Sandriele da Silva e Silva	Sandriele da S. e Silva
14	Reinaldo Nepomuceno Pereira	Reinaldo Nepomuceno Pereira
15	Francimar Marques de Souza	Francimar Marques de Souza
16	Gilceni Sante da Silva	Gilceni S. da Silva
17	Júlio Camelo	Júlio Camelo
18	Patron dos Anjos Vieira	Patron dos Anjos Vieira
19	Dandara Agata Batista da Cruz	Dandara Agata
20	Antonio Warden da Silva Dias	Antonio Warden da Silva Dias
21	Priscila Lima da Silva	Priscila Lima da Silva
22	Franciele M. da Silva	Franciele M. da Silva
23	Eleilene F. Nunes	Eleilene F. Nunes
24	M ^o de Nazare H. Gomes	M ^o de Nazare H. Gomes
25	Raquelia da S. Barbosa	Raquelia da Silva Barbosa
26	Antonio Afina Martins da Silva	Antonio Afina Mota Silva
27	Paulo Roberto C. Oliveira	Paulo Oliveira
28	Cesmo Monteiro Correa	Cesmo M. Correa
29	Luiz Carlos Moura	Luiz Carlos Moura
30	Morimaira da Silva Perceimento	Morimaira da Silva Perceimento

CNPJ/MF: 02.684.941/0001-17. Fundada em 03/07/1998.
Av. Samuel Amaral, s/n, Samuel Amaral. Fone (97) 3491-1234.
CEP 69500-000. Carauari-AM

Fls. 39
Rubrica

DATA / /

[illegible]



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE TEFÉ/AM

Rua: Quintino Bocaiuva, n.º 524, Shopping Açaí, 1º Piso, Sala 09, Centro –
Tefé/AM – CEP: 69.470-000

Oswaldo Simas Nôvo – Oficial * Fone/Fax: (097) 3343-2473

e-mail: cartoriosegundoextrajudicial@gmail.com / doralicetf@gmail.com

Livro n.º A-4 (Registro Civil de Pessoas Jurídicas)

Fls. n.º 124

Matrícula n.º 1024

REGISTRO

DATA: Tefé/AM, 12 de novembro de 2013. O Oficial. Oswaldo Simas Nôvo.

R-1-1024: APRESENTANTE: ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 02.684.941/0001-17, fundada em 03/07/1998, com sede na Avenida Samuel Amaral, s/n.º, Samuel Amaral, em Carauari, Estado do Amazonas. **FORMA DO TÍTULO:** Estatuto Social. **CONDIÇÕES:** Todas as demais constantes no referido documento. O referido é verdade e dou fé. Tefé/AM, 12 de novembro de 2013. O Oficial. (a) Oswaldo Simas Novo.

DADO e passado nesta cidade de Tefé, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, aos doze (12) dias do mês de novembro de dois mil e treze (2013). Eu, Oswaldo Simas Nôvo Oficial fiz Doralice dos Santos Pessoa, Substituta Legal, conforme Portaria n.º 2.937/2009-TJ/AM digitar, imprimir e assinar.

O Oficial, Oswaldo Simas Nôvo

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE TEFÉ/AM
OSVALDO SIMAS NÔVO
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO AS974091-01, TDPJ, Protocolo: 7, Número registro: 1.022, Número averbação: 1, Nome parte: ASSEMBLEIA DE DEUS TRADICIONAL NO AMAZONAS, Valor ato: R\$ 215,94, Valor emolumentos: R\$ 183,00, Data/Hora da utilização: 11/11/2013 10:21:06, Emitido por: DORALICE DOS SANTOS PESSOA, FUNETJ:R\$ 18,30 FUNDPAM:R\$ 9,15 FUNDPGE:R\$ 5,49, A6C7-40F9-64C1-5561, Consulte o selo em www.seloam.com.br

CARTÓRIO 2ª Vara - TEFÉ/AM
Oswaldo Simas Nôvo
Escrivão
CIC 024 762 902-20

Comunidade
 Fis.
 Rubrica

CAPÍTULO I
Da Constituição, Denominação, Sede e Objetivos.

Art. 1º	<p>A Associação Karababá de Cultura é uma associação civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social – Atuando no âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes de Carauari – Amazonas. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, com fins econômicos, não religiosos, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam e devem ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação ambiental, segurança, serviços básicos emergências, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional e de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A associação terá duração indeterminada, com numero ilimitado de sócios, e sua sede provisória está localizada na Av. Samuel Amaral, s/n – Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000 Carauari – AM.</p>
Art. 2º	<p>Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) - Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens a manifestação folclórica, artística e cultural; b) - Identificar os existentes ou criar ou desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não dispunham de recursos para desenvolver talentos e habilidades; c)- Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carência de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidade de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas; d)-Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumentos para alcançar o bem - estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidade, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade; e)- Fortalecer os laços institucionais com os representantes políticos da comunidade, com as demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimentos ao exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade comunitária; f)- Fomentar em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimentos das Leis, de Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas Econômicas, as instituições sociais, fortalecendo os espíritos de brasilidade, o respeito e a consideração para os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção. g)- executar os serviços de radiodifusão comunitária, nos termos da legislação vigente. <p>Parágrafo Único – Para abranger seus objetivos a Associação karababá de Cultura atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferencias; organizando cursos, treinamentos e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais; realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob a responsabilidade ou com meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parcerias com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os</p>

Rubrica
 das Comunicações
 423

	mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, as normas constitucionais (art. 5.º - inciso IX da Constituição).
CAPITULO II Dos Associados, Deveres e Direitos	
Art. 3º	Podem associar-se gratuitamente as pessoas jurídicas sem fins lucrativos sediadas na área de execução dos serviços de radiodifusão.
Art. 4º	Podem associar-se gratuitamente as pessoas físicas residentes ou que desenvolva suas atividades profissionais e econômicas na área do município de Carauari - AM, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária. Parágrafo 1º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições. Parágrafo 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares. Parágrafo 3º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias: a) Fundadores - Os que participam das reuniões preliminares e/ou da Assembléia de instalação da associação; b) contribuintes - Os que se inscreveram após o encerramento do Livro de Fundação e mantenham suas contribuições e participação em dias; c) Honorários - Cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.
Art. 5º	São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados pessoas físicas e pessoas jurídicas: a) Aceitar como seus os objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o estatuto Social, o Programa de Atividades e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembléias; b) Prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos, e atividades programadas, justificando, de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhes forem atribuídos tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a comunidade de trabalhos e atividades; c) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembléias indicando, a tempo, quando não puder fazê-los, para evitar contra - tempos á Diretoria no cumprimento das obrigações assumidas em nome da Associação. d) fazer parte, votar e ser votado nas assembleias gerais para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, desde que esteja inscrito no quadro social e esteja em dias com a associação ;
Art. 6º	São direitos inalienáveis e intransferíveis dos associados: a) indicar representantes às assembleias gerais; b) obedecer o presente Estatuto Social e zelar pelo seu cumprimento; c) fazer parte, votar e ser votado nas assembleias gerais para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, desde que esteja inscrito no quadro social e esteja em dias com a associação ; d) requerer, nos termos deste Estatuto, convocação de Assembleia Geral; e) ser informado das atividades desenvolvidas pela entidade; f) beneficiar-se dos serviços oferecidos e usufruir das instalações físicas da entidade. g) representar a associação se for delegado em Assembléia
Art. 7º	Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normais Regimentares, os Planos de atividades e as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: a) - Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;

Cul



	<p>b) – Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;</p> <p>c) – Afastamento do Quadro Social.</p> <p>Parágrafo 1º - O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria de Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, que poderá recorrer e apresentar defesa.</p> <p>Parágrafo 2º - Será excluído automaticamente sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas.</p>
Art. 8º	A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.
CAPÍTULO III Dos Dirigentes, da Estrutura e do funcionamento.	
Art. 9º	<p>São Legítimos Dirigentes:</p> <p>a) Presidente;</p> <p>b) Vice-Presidente;</p> <p>c) Secretário;</p> <p>d) Tesoureiro e</p> <p>e) 2º Tesoureiro</p>
Art. 10º	<p>Compete ao Presidente:</p> <p>a) Representar a Associação em todos os Atos Públicos, em Juízo e fora dele;</p> <p>b) Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-las para atos decorrentes das Atividades Associativas;</p> <p>c) Presidir as Assembléias extraordinárias;</p> <p>d) Presidir conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da Associação;</p> <p>e) Dar posse ao membro da Diretoria;</p> <p>f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;</p> <p>g) Supervisionar quaisquer atividades da Entidade;</p> <p>h) Assinar contratos, convênios, acordos e praticar atos de administração em geral;</p> <p>i) Assinar com o secretário as Atas de Reuniões e Assembléias;</p> <p>j) Assinar com o Tesoureiro, os contratos que obriguem a Associação a quaisquer ordem de pagamento ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósito e quaisquer espécie do tipo, cauções, ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.</p> <p>Parágrafo Único – O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem: Vice - Presidente e Tesoureiro</p>
Art. 11º	Compete ao Vice – Presidente: Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.
Art. 12º	<p>Compete ao Secretário: superintender os trabalhos da Secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade e:</p> <p>a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembléias;</p> <p>b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivos da secretaria mantendo-o em dia;</p> <p>c) Lavar, subscrever os Atos de reunião da Diretoria e das Assembléias;</p> <p>d) Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as atividades da Entidade e do seu trabalho.</p>
Art. 13º	<p>Compete ao Tesoureiro, e em seu impedimento ao 2º Tesoureiro:</p> <p>a) Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitados;</p> <p>b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;</p> <p>c) Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;</p> <p>d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;</p> <p>e) Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de comprovantes;</p> <p>f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;</p>

Caruaru



	g) Substituir o Presidente na ordem da Presidência.
CAPÍTULO IV Disposições Gerais e Permanentes	
Art. 14º	O mandato da Diretoria Executiva será de três anos, não sendo permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho com a devida autorização da Diretoria com a consequente fixação de custos e taxas correspondentes.
Art. 15º	Com fins de atender ao disposto na Legislação do serviço de Radiodifusão Comunitária, fica definido que: a) A responsabilidade e a orientação intelectual da Associação caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; b) O quadro de pessoal da Associação será constituído de, ao menos 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;
Art. 16º	A associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembléia Extraordinária, convocada para este fim, com voto favorável de no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados em situação regular.
CAPÍTULO V Das Eleições	
Art. 17º	Os Sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.
Art. 18º	Somente poderão votar os filiados até 180 dias antes da data das eleições.
Art. 19º	Somente poderão ser votados os filiados até dois meses antes da data das eleições.
Art. 20º	As chapas poderão inscrever-se até 60 dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.
Art. 21º	A Assembléia para as eleições será convocada por edital público no jornal de grande circulação no município sede da associação.
Art. 22º	As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.
Art. 23º	As chapas inscritas poderão indicar dois fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação <i>Parágrafo único - Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à Secretaria da Associação até 30 dias antes das eleições.</i>
CAPÍTULO VI Das Disposições Transitórias	
Art. 24º	A Presidência poderá autorizar a Secretaria Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Assessoria para assessorá-las.
Art. 25º	O atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembleia.
CAPÍTULO VII Do Patrimônio Social	
Art. 26º	A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência: a) contribuições regulares de filiados; b) subvenções, auxílios e dotações; c) doações e legados; d) rendas patrimoniais; e) contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais; f) arrecadação contributiva de correntes de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação Karababá de Cultura, com base nos direitos legais, permitido pela Constituição da República do Brasil. Parágrafo único- Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos pela Assembleia específica.

Assinatura

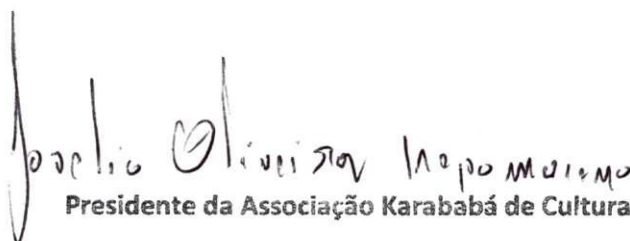
ESTATUTO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA
CNPJ/MF: 02.684.941/0001-17. Fundada em 03/07/1998.
Av. Samuel Amaral, s/n, Samuel Amaral. Fone (97) 3491-1234. CEP 69500-000. Carauari-AM

Art. 27º	Não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados.
Art. 28º	A presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.
CAPÍTULO VIII Da Assembléia Geral	
Art. 29º	<p>A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária e extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.</p> <p>Parágrafo 1º - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o "Livro de Presença", onde sócios lançarão suas assinaturas.</p> <p>Parágrafo 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-la.</p> <p>Parágrafo 4º - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.</p> <p>Parágrafo 5º - A ata dos trabalhos, lavrada pelo Secretário será assinada pelos componentes da mesa e por três sócios escolhidos pela Assembléia.</p>
Art. 30º	A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de junho.
Art. 31º	<p>São atribuições da Assembléia Geral:</p> <p>a) examinar e aprovar e não, as contas da diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;</p> <p>b) eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos Conselhos consultivo e Fiscal;</p> <p>c) destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal, mediante o voto concorde de, no mínimo, um terço (1/3) dos associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para essa finalidade, em Assembléia Geral Extraordinária;</p> <p>d) promover imediata substituição e pelo prazo restante de mandato, dos membros destituídos, na forma da letra C deste artigo;</p> <p>e) deliberar sobre os demais assuntos constantes da "Ordem do Dia".</p>
Art. 32º	A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocado pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos, Fiscal, ou por m terço, no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiveram motivado a convocação.
Art. 33º	As Assembléias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 dias, mediante edital à ser afixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dias com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 08 dias.
Art. 34º	<p>A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença, pessoal ou através de procuração, da maioria dos Associados.</p> <p>Parágrafo 1º - A Assembléia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.</p> <p>Parágrafo 2º - Só poderá votar e ser votado, o sócio quite com a Tesouraria.</p> <p>Parágrafo 3º - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia".</p>
Art. 35º	Na falta de comparecimento à Assembleia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto no artigo 28º.
CAPÍTULO IX Da Reforma do Estatuto e da Dissolução da Associação	
Art. 36º	Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

ESTATUTO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA
CNPJ/MF: 02.684.941/0001-17. Fundada em 03/07/1998.
Av. Samuel Amaral, s/n, Samuel Amaral. Fone (97) 3491-1234. CEP 69500-000. Carauari-AM

Art. 37º	A dissolução da Associação Karababá de Cultura ocorrerá segundo decisão da Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, sendo exigido o voto de dois terços dos associados presentes na Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido será destinado à entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembleia.
CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	
Art. 38º	Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos e nem respondem estes, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.
Art. 39º	Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, com recurso à Assembleia Geral pelo associado que se achar prejudicado.
Art. 40º	O presente Estatuto entra em vigor na data de seu registro, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

CARAUARI-AM, 01 DE AGOSTO DE 2013.


Presidente da Associação Karababá de Cultura


Secretária da Associação Karababá de Cultura

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE TEFÉ/AM

Rua: Quintino Bocaiuva, n.º 524, Shopping Açaí, 1º Piso, Sala 09, Centro- Fórum de Justiça-CEP: 69.470-000 * Osvaldo Simas Novo-Oficial
Fone/Fax: (097) 3343-2473

Apresentado para registro no dia 12/11/2013.

Ao expediente das 08:00 às 17:00 horas.

Protocolado no Livro A-1, fls. 104, sob o n.º 2.527.

Registrado no Livro A-4, fls. 124, sob o n.º R-1-1024.

Referente à matrícula n.º 1024.

Tefé/AM, 12 de novembro de 2013.


Oficial/Substituta Legal

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE
TEFÉ/AM
OSVALDO SIMAS NOVO

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO AT002292-07, TDPJ, Protocolo: 106, Número registro: 1.024, Número averbação: 1, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, Valor ato: R\$215,94, Valor emolumentos: R\$183,00, Data/Hora da utilização: 12/11/2013 17:00:27, Emitido por: DORALICE DOS SANTOS PESSOA, FUNETJ:R\$ 18,30 FUNDPAM:R\$ 9,15 FUNDPGE:R\$ 5,49, EE25-3A09-FBE4-2033, Consulte o selo em www.seloam.com.br

CARTÓRIO SEGUNDO OFÍCIO
Rua Daniel Sevalho, 124
TEFÉ - AM
OSVALDO SIMAS NOVO
TABELIÃO
CIC/MF N° 024.752.902-20

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.070013/2013 Localidade / UF: CARAUARI/AM
Entidade: ASSOCIACAO KARABABA DE CULTURA
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Pendências:

- Certidão Negativa ANATEL (20.3, b);
- Cópia do RG e CPF (art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 'e' 8.1 da Norma 1/2011);
- Alteração Estatutária.

Mapa RadCom:

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações (20.3, a): FL. 05
- CNPJ válido e atual (20.3, c): FL. 06
- Estatuto atualizado ou cópia das alterações (20.3, d): FL. 10 à 20.
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada (20.3, e): FL. 21 e 22.
- Último relatório do Conselho Comunitário (20.3, h), conforme subitem 21.4. FL. 26 à 27.

É o relatório.


Natalia Froehning



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 157 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 10 de Janeiro de 2014.

Ao Senhor
JOSÉLIO OLIVEIRA NEPOMUCENO
Da **ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA**
Avenida Samuel Amaral, S/Nº - Bairro de Samuel Amaral
69.500-000 Carauari – AM

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa a análise do Processo nº 53000.070013/2013-35.**

Ao Senhor
Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.070013/2013-35**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **CARAUARI / AM**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 88 / 2014, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,


ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituto



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 88/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.070013/2013-35
Processo de Outorga nº 53630.000295/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de pedido da **ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA** para renovação da outorga de prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Carauari / AM**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel; ✓
II. Cópia do RG e CPF de todos os dirigentes, conforme art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº 9.612 e subitem 8.1, alínea “e”, da Norma 1/2011; ✓

III. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 2º, 11, 23 ao disposto nos itens 8.2, alínea(s) g, h e j da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir: ✓

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;

j) indicar as condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio, observadas as disposições contidas nos arts. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

3. Solicita-se, portanto, a manifestação da Associação Karababá de Cultura para sanar os vícios relatados no item 2.

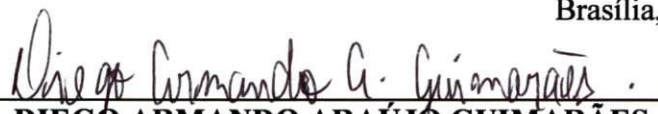
daag/CGRC

4. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.

5. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 09 de janeiro de 2014.


DIEGO ARMANDO ARAÚJO GUIMARÃES
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 88/2014/CGRC/DEOC/SCE-MC.


ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituto

Ex Ren 4



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE
RADIODIFUSÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 008377/2014-87
SEPRO/IOLOG/COLOG/CGRL/SPO
21/02/2014-16:52 - *glauco*

Assunto: atendimento ao Ofício no 157/2014/CGRC/SCE-MC, de 12 de janeiro de 2014.

Referência: Processo nº 53000.070013/2013 – 35 (renovação de outorga)

ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.684.941/0001-17, com sede na Avenida Samuel, s/nº, Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000, na cidade de **Carauari**, estado do **Amazonas**, vem, respeitosamente, por sua advogada, a presença de Vossa Senhoria, em atendimento ao Ofício supracitado, apresentar para juntada aos autos do processo de renovação de outorga os documentos a seguir enumerados:

- 1) Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;
- 2) Cópias autenticadas das cédulas de identidade e dos CPFs dos dirigentes da Associação, eleitos na Assembléia Geral realizada em 5 de abril de 2012, conforme Ata de Assembléia Geral de Eleição e Posse da Diretoria, já anexada ao acima mencionado processo de renovação.



Com relação ao item III da Nota Técnica nº 88/2014/CGROSC-MC, que acompanha o Ofício em referência, que trata da necessidade de adequação do Estatuto Social desta Associação ao disposto no subitem 8.2, alíneas “g”, “h” e “j” da Norma nº 1/2011, informo que foi protocolada nesse Ministério das Comunicações, em 14 de janeiro de 2014, sob o nº 53000.001890/2014-47, cópia da alteração estatutária promovida pela requerente, registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 2º Ofício da Comarca de Tefé/AM, no Livro A-4, fls. 124, sob o nº R-1-1.024, em 12 de novembro de 2013, que atende a todas as exigências normativas assinaladas naquela Nota Técnica (cópias em anexo).

Referido documento, segundo informações obtidas junto a essa Pasta, encontra-se anexado aos autos de renovação da outorga (processo nº 53000.070013/2013 – 35).

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.


ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA
OAB/DF 1540



Menu Principal ▼

BOA TARDE
EDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSE E AZEVEDO

Sistemas

Interativos

BOLETO » Nada Consta menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO KARABABA DE CULTURA

CNPJ: 02.684.941/0001-17

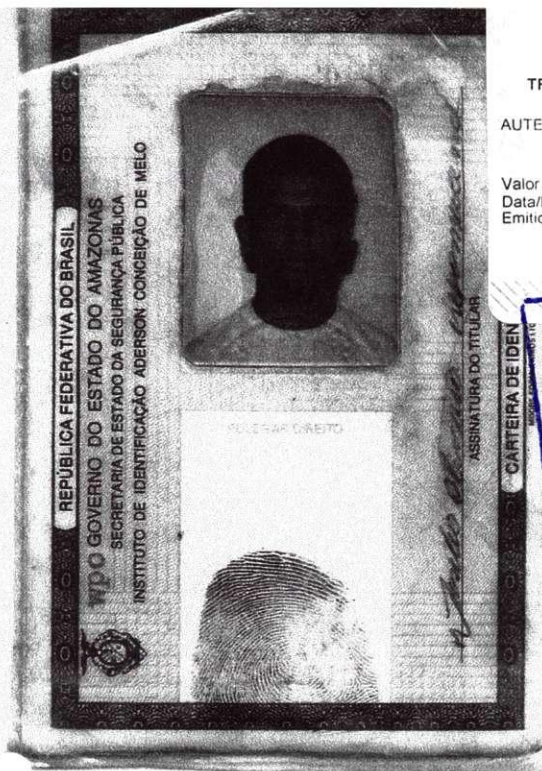
Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:57:48 do dia 20/02/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/03/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

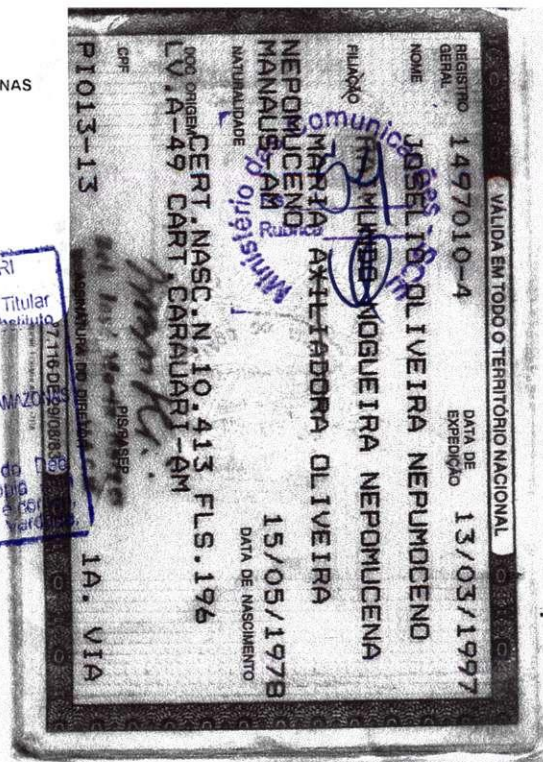


Carauari - AM
Raimundo Nonato Felinto Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AU274649-02

AUTENTICAÇÃO

Valor ato 3,93
Data/Hora da utilização: 14/02/2014 11:16:34
Emitido por: Wallace Vasconcelos Ferreira

196F-738E-0719-4C26
Consulte o selo em www.seloam.com.br
TABELIONATO DE NOTAS DE CARAUARI
Rua Anastácio Cavalcante, nº 508 - A - Centro
Raimundo Nonato Felinto Candido - Tabelião Titular
Wallace Vasconcelos Ferreira - Tabelião Substituto
14 FEV 2014
CARAUARI
Certifico conforme estatuto o art. 2º do D.O. nº 2148 de 25.04.1940 que a fotocópia igual ao original que me foi apresentado é verdadeira.
Em Teste



Prxid.



Cartório da Comarca de Carauari

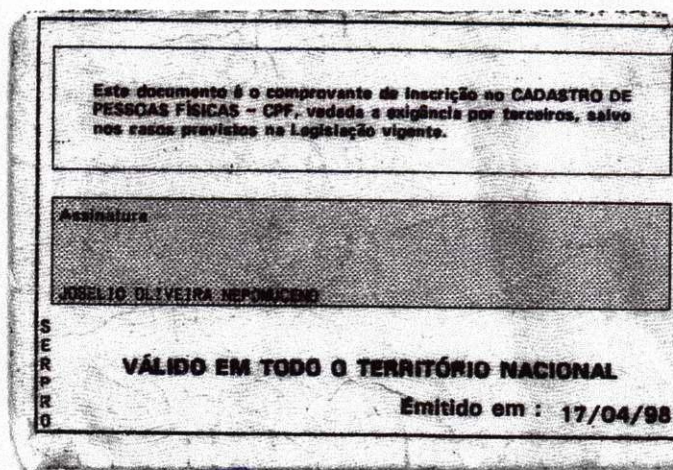
Carauari - AM
Raimundo Nonato Felinto Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AU274650-09

AUTENTICAÇÃO

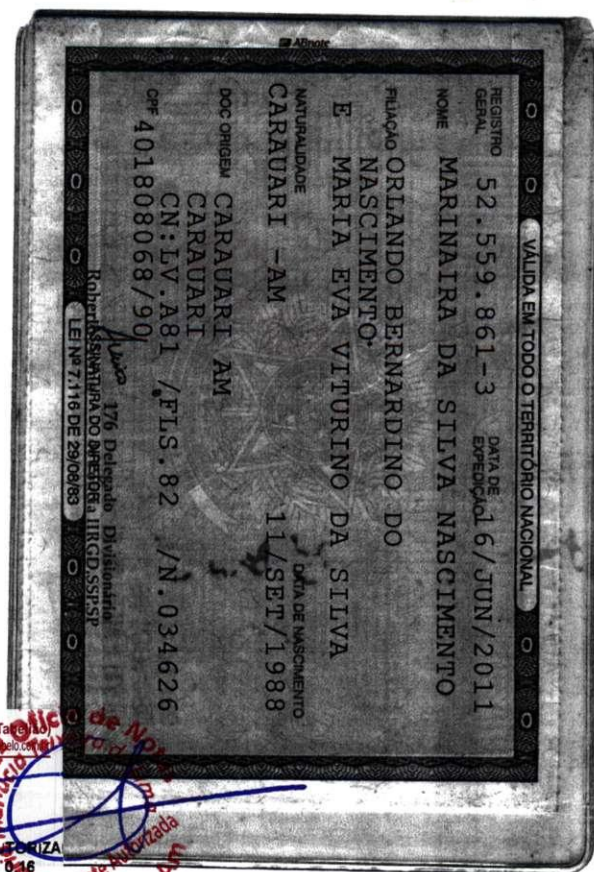
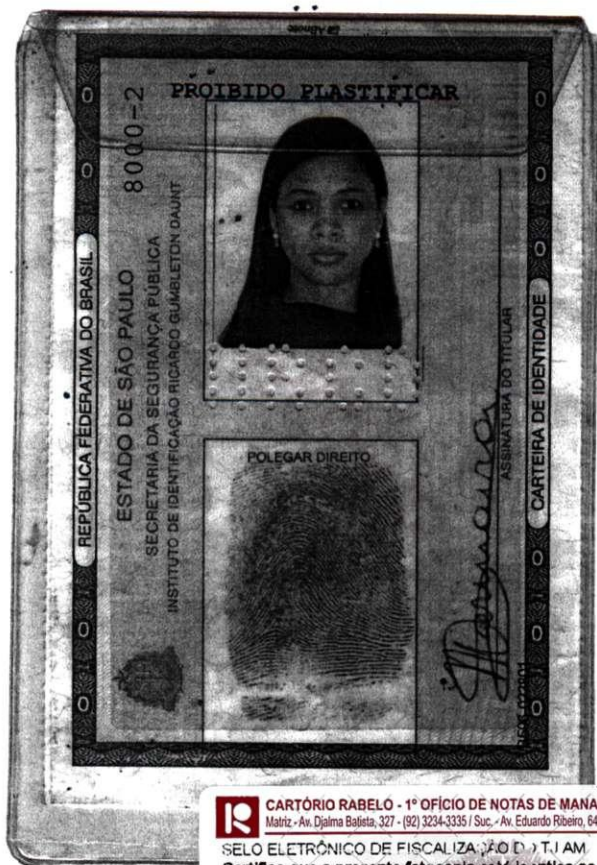
Valor ato 3,93
Data/Hora da utilização: 14/02/2014 11:18:42
Emitido por: Wallace Vasconcelos Ferreira

D3D3-ABCE-A2D5-A9C6
Consulte o selo em www.seloam.com.br

TABELIONATO DE NOTAS DE CARAUARI
Rua Anastácio Cavalcante, nº 508 - A - Centro
Raimundo Nonato Felinto Candido - Tabelião Titular
Wallace Vasconcelos Ferreira - Tabelião Substituto
14 FEV 2014
CARAUARI
Certifico conforme estatuto o art. 2º do D.O. nº 2148 de 25.04.1940 que a fotocópia igual ao original que me foi apresentado é verdadeira.
Em Teste



Ministério das Comunicações - SCS
 Fis. 35
 Rubrica



CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tabela de Matrizes - Av. Djalma Batista, 327 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 647 - (92) 3232-8484 - www.cartorio-selo.com.br)

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ-AM
 Certifico que a presente fotocópia está idêntica ao original.
 Art 7º inciso V da Lei nº. 8935 - Dou.Fp.
 Selo: AU261190-00 - Data/Hora: 17/03/2014 11:08:29 Id: 197
 Emitido por: MARIA MARLUCIA TEIXEIRA DE LIMA - ESCRIVÃO AUTORIZADA
 FUNETJ: 0,27 FUNDPAM: 0,13 FUNDPG: 0,08 ISS: R\$ 0,13 / AIRPM: 0,06
 Código de validação: FBAE-A656-3E73-0-B7 - Valide em www.seloan.com.br

Escritório Autorizado
 Manaus - AM

Vice-Previd.

Cartório da Comarca de Caruaru

Caruaru - AM
Raimundo Nonato Felfino Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AU274648-04

AUTENTICAÇÃO

Valor ate 3,93
DataHora da utilização 14/02/2014 11:16:33
Emitido por - Walilza Vasconcelos Ferreira
BSCD-D02B-17D6-2CC7
Consulte o selo em www.seloam.com.br



2.º Fls.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	0708375-0	DATA DE EXPEDIÇÃO	17/03/1998
NOME	ANTONIO SOUZA FERREIRA		
FILIAÇÃO	FRANCISCO FRANCA FERREIRA MARIA DELMIRA FERREIRA		
ENVIRA-AM		30/01/1966	
NATURALIDADE		DATA DE NASCIMENTO	
DOC. ORIGEM	TIT. ELEITORAL N. 39302622-24		
ZONA	021 SECAO 0018 CARAUARI-AM		
CPF	192898392-87		12221204869
PI010-10	Maria Julia Belota Lopy		2A. VIA

LEI Nº 4740 DE 25/08/83
MAL. JUA. DEP. 1.ª



decretaria



Cartório da Comarca de Carauari

Carauari - AM
Raimundo Nonato Felinto Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AU274646-08

AUTENTICAÇÃO

Valor ato 3.93
Data/Hora da utilização: 14/02/2014 11:16:32
Emitido por: Wallace Vasconcelos Ferreira

D9D9-0738-6FCB-15EE
Consulte o selo em www.seloam.com.br



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2122742-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/04/2004

NOME MERIANGLIA RIBEIRO DA SILVA

FILIAÇÃO RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA
VALRENE RIBEIRO DOS SANTOS

CARAUARI-AM 30/04/1984

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM CERT. NASC. N. 13.805 FLS. 251
LV. A-52 CART. CARAUARI-AM

CPF

PAC03-AA RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA 1A. VIA

LIBERATIM DE PASSAGEM





Cartório da Comarca de Carauari

Carauari - AM
Raimundo Nonato Felinto Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AU274647-06

AUTENTICAÇÃO

Valor ato 3,93
Data/Hora da utilização 14/02/2014 11:16:33
Emitido por Wallace Vasconcelos Ferreira



CÓPIA



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE
RADIODIFUSÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 001890/2014-47

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPD

14/01/2014-14:23

Assunto: solicitação de juntada do documento.

Referência: Processo nº 53000.070013/2013 – 35 (renovação de outorga)

ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.684.941/0001-17, com sede na Avenida Samuel, s/nº, Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000, na cidade de Carauari, estado do Amazonas, por seu Presidente, vem, respeitosamente, por sua advogada, a presença de Vossa Senhoria, solicitar que seja juntado aos autos do processo de renovação de outorga, supracitado, cópia da alteração estatutária promovida pela requerente, registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 2º Ofício da Comarca de Tefé/AM, no Livro A-4, fls. 124, sob o nº R-1-1.024, em 12 de novembro de 2013.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília, 14 de janeiro de 2014.


ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA

OAB/DF 1540

CAPÍTULO I

Da Constituição, Denominação, Sede e Objetivos.

Art. 1º A Associação Karababá de Cultura é uma associação civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social – Atuando no âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes de Carauari – Amazonas. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, com fins econômicos, não religiosos, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam e devem ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação ambiental, segurança, serviços básicos emergências, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional e de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios, e sua sede provisória está localizada na Av. Samuel Amaral, s/n – Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000 Carauari – AM. ✓

Art. 2º Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) - Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens a manifestação folclórica, artística e cultural;
- b) - Identificar os existentes ou criar ou desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não dispunham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;
- c) - Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carência de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidade de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas;
- d) - Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumentos para alcançar o bem - estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidade, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;
- e) - Fortalecer os laços institucionais com os representantes políticos da comunidade, com as demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimentos ao exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade comunitária;
- f) - Fomentar em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimentos das Leis, de Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas Econômicas, as instituições sociais, fortalecendo os espíritos de brasilidade, o respeito e a consideração para os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção.
- g) - **executar os serviços de radiodifusão comunitária, nos termos da legislação vigente.** ✓

Parágrafo Único – Para abranger seus objetivos a Associação karababá de Cultura atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferencias; organizando cursos, treinamentos e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais; realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob a responsabilidade ou com meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parcerias com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os



	mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, as normas constitucionais (art. 5 – inciso IX da Constituição).
CAPÍTULO II Dos Associados, Deveres e Direitos	
Art. 3º	Podem associar-se gratuitamente as pessoas jurídicas sem fins lucrativos sediadas na área de execução dos serviços de radiodifusão.
Art. 4º	Podem associar-se gratuitamente as pessoas físicas residentes ou que desenvolva suas atividades profissionais e econômicas na área do município de Caruaru - AM, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária. Parágrafo 1º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições. Parágrafo 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares. Parágrafo 3º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias: a) Fundadores – Os que participam das reuniões preliminares e/ou da Assembléia de instalação da associação; b) contribuintes – Os que se inscreveram após o encerramento do Livro de Fundação e mantenham suas contribuições e participação em dias; c) Honorários – Cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.
Art. 5º	São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados pessoas físicas e pessoas jurídicas: a) Aceitar como seus os objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o estatuto Social, o Programa de Atividades e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembléias; b) Prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos, e atividades programadas, justificando, de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhes forem atribuídos tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a comunidade de trabalhos e atividades; c) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembléias indicando, a tempo, quando não puder fazê-los, para evitar contra - tempos à Diretoria no cumprimento das obrigações assumidas em nome da Associação. d) fazer parte, votar e ser votado nas assembleias gerais para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, desde que esteja inscrito no quadro social e esteja em dias com a associação ;
Art. 6º	São direitos inalienáveis e intransferíveis dos associados: a) indicar representantes às assembleias gerais; b) obedecer o presente Estatuto Social e zelar pelo seu cumprimento; c) fazer parte, votar e ser votado nas assembleias gerais para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, desde que esteja inscrito no quadro social e esteja em dias com a associação ; d) requerer, nos termos deste Estatuto, convocação de Assembleia Geral; e) ser informado das atividades desenvolvidas pela entidade; f) beneficiar-se dos serviços oferecidos e usufruir das instalações físicas da entidade. g) representar a associação se for delegado em Assembléia
Art. 7º	Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentares, os Planos de atividades e as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: a) – Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;

Cul



	<p>b) – Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;</p> <p>c) – Afastamento do Quadro Social.</p> <p>Parágrafo 1º - O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria de Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, que poderá recorrer e apresentar defesa.</p> <p>Parágrafo 2º - Será excluído automaticamente sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas.</p>
Art. 8º	A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.
CAPÍTULO III Dos Dirigentes, da Estrutura e do funcionamento.	
Art. 9º	<p>São Legítimos Dirigentes:</p> <p>a) Presidente;</p> <p>b) Vice-Presidente;</p> <p>c) Secretário;</p> <p>d) Tesoureiro e</p> <p>e) 2º Tesoureiro</p>
Art. 10º	<p>Compete ao Presidente:</p> <p>a) Representar a Associação em todos os Atos Públicos, em Juízo e fora dele;</p> <p>b) Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-las para atos decorrentes das Atividades Associativas;</p> <p>c) Presidir as Assembléias extraordinárias;</p> <p>d) Presidir conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da Associação;</p> <p>e) Dar posse ao membro da Diretoria;</p> <p>f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;</p> <p>g) Supervisionar quaisquer atividades da Entidade;</p> <p>h) Assinar contratos, convênios, acordos e praticar atos de administração em geral;</p> <p>i) Assinar com o secretário as Atas de Reuniões e Assembléias;</p> <p>j) Assinar com o Tesoureiro, os contratos que obriguem a Associação a quaisquer ordem de pagamento ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósito e quaisquer espécie do tipo, cauções, ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.</p> <p>Parágrafo Único – O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem: Vice - Presidente e Tesoureiro</p>
Art. 11º	Compete ao Vice – Presidente: Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.
Art. 12º	<p>Compete ao Secretário: superintender os trabalhos da Secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade e:</p> <p>a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembléias;</p> <p>b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivos da secretaria mantendo-o em dia;</p> <p>c) Lavar, subscrever os Atos de reunião da Diretoria e das Assembléias;</p> <p>d) Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as atividades da Entidade e do seu trabalho.</p>
Art. 13º	<p>Compete ao Tesoureiro, e em seu impedimento ao 2º Tesoureiro:</p> <p>a) Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitados;</p> <p>b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;</p> <p>c) Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;</p> <p>d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;</p> <p>e) Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de comprovantes;</p> <p>f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;</p>

Carla

63
 Fl. 63
 Rubrica

	g) Substituir o Presidente na ordem da Presidência.
CAPÍTULO IV	
Disposições Gerais e Permanentes	
Art. 14°	O mandato da Diretoria Executiva será de três anos, não sendo permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho com a devida autorização da Diretoria com a consequente fixação de custos e taxas correspondentes.
Art. 15°	Com fins de atender ao disposto na Legislação do serviço de Radiofusão Comunitária, fica definido que: a) A responsabilidade e a orientação intelectual da Associação caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; b) O quadro de pessoal da Associação será constituído de, ao menos 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;
Art. 16°	A associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembléia Extraordinária, convocada para este fim, com voto favorável de no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados em situação regular.
CAPÍTULO V	
Das Eleições	
Art. 17°	Os Sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.
Art. 18°	Somente poderão votar os filiados até 180 dias antes da data das eleições.
Art. 19°	Somente poderão ser votados os filiados até dois meses antes da data das eleições.
Art. 20°	As chapas poderão inscrever-se até 60 dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.
Art. 21°	A Assembléia para as eleições será convocada por edital público no jornal de grande circulação no município sede da associação.
Art. 22°	As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.
Art. 23°	As chapas inscritas poderão indicar dois fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação <i>Parágrafo único - Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à Secretaria da Associação até 30 dias antes das eleições.</i>
CAPÍTULO VI	
Das Disposições Transitórias	
Art. 24°	A Presidência poderá autorizar a Secretaria Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Assessoria para assessorá-las.
Art. 25°	O atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembleia.
CAPÍTULO VII	
Do Patrimônio Social	
Art. 26°	A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência: a) contribuições regulares de filiados; b) subvenções, auxílios e dotações; c) doações e legados; d) rendas patrimoniais; e) contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais; f) arrecadação contributiva de correntes de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação Karababá de Cultura, com base nos direitos legais, permitido pela Constituição da República do Brasil. <i>Parágrafo único- Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos pela Assembleia específica.</i>

C. S.

ESTATUTO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA
 CNPJ/MF: 02.684.941/0001-17. Fundada em 03/07/1998
 Av. Samuel Amaral, s/n, Samuel Amaral. Fone (97) 3491-1234. CEP 69500-000. Caruaru-AM

Ministério das Comunicações
 64
 Fis. _____
 Rubric. _____
 Caruaru-AM

Art. 27º	Não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados.
Art. 28º	A presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.
CAPÍTULO VIII Da Assembléia Geral	
Art. 29º	<p>A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária e extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.</p> <p>Parágrafo 1º - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o "Livro de Presença", onde sócios lançarão suas assinaturas.</p> <p>Parágrafo 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-la.</p> <p>Parágrafo 4º - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.</p> <p>Parágrafo 5º - A ata dos trabalhos, lavrada pelo Secretário será assinada pelos componentes da mesa e por três sócios escolhidos pela Assembléia.</p>
Art. 30º	A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de junho.
Art. 31º	<p>São atribuições da Assembléia Geral:</p> <p>a) examinar e aprovar e não, as contas da diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;</p> <p>b) eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos Conselhos consultivo e Fiscal;</p> <p>c) destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal, mediante o voto concorde de, no mínimo, um terço (1/3) dos associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para essa finalidade, em Assembléia Geral Extraordinária;</p> <p>d) promover imediata substituição e pelo prazo restante de mandato, dos membros destituídos, na forma da letra C deste artigo;</p> <p>e) deliberar sobre os demais assuntos constantes da "Ordem do Dia".</p>
Art. 32º	A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocado pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos, Fiscal, ou por m terço, no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiveram motivado a convocação.
Art. 33º	As Assembléias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 dias, mediante edital à ser afixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dias com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 08 dias.
Art. 34º	<p>A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença, pessoal ou através de procuração, da maioria dos Associados.</p> <p>Parágrafo 1º - A Assembléia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.</p> <p>Parágrafo 2º - Só poderá votar e ser votado, o sócio quite com a Tesouraria.</p> <p>Parágrafo 3º - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia".</p>
Art. 35º	Na falta de comparecimento à Assembleia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto no artigo 28º.
CAPÍTULO IX Da Reforma do Estatuto e da Dissolução da Associação	
Art. 36º	Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Cels

ESTATUTO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA
 CNPJ/MF: 02.684.941/0001-17. Fundada em 03/07/1998. Fls. 65
 Av. Samuel Amaral, s/n, Samuel Amaral. Fone (97) 3491-1234. CEP 69500-000. Carauari-AM

Art. 37º	A dissolução da Associação Karababá de Cultura ocorrerá segundo decisão da Assembléia Geral Extraordinária, convocada para este fim, sendo exigido o voto de dois terços dos associados presentes na Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido será destinado à entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.
CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	
Art. 38º	Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos e nem respondem estes, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.
Art. 39º	Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, com recurso à Assembléia Geral pelo associado que se achar prejudicado.
Art. 40º	O presente Estatuto entra em vigor na data de seu registro, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

CARAUARI-AM, 01 DE AGOSTO DE 2013.

João Oliveira Nepomuceno
 Presidente da Associação Karababá de Cultura

Miriamélia Ribeiro da Silva
 Secretária da Associação Karababá de Cultura

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE TEFÉ/AM
 Rua: Quintino Bocaiuva, n.º 524, Shopping Açai, 1º Piso, Sala 09, Centro- Fórum de Justiça-CEP: 69.470-000 * Osvaldo Simas Novo-Oficial
 Fone/Fax: (097) 3343-2473

Apresentado para registro no dia 12/11/2013.
 Ao expediente das 08:00 às 17:00 horas.
 Protocolado no Livro A-1, fls. 184, sob o n.º 2.527.
 Registrado no Livro A-4, fls. 124, sob o n.º R-1-1024.
 Referente à matrícula n.º 1024.
 Tefé/AM, 12 de novembro de 2013.

[Assinatura]
 Oficial/Substituto Legal

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE TEFÉ/AM
OSVALDO SIMAS NOVO
 SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO AT002292-07, TDPJ, Protocolo: 106, Número registro: 1.024, Número averbação: 1, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, Valor ato: R\$215,94, Valor emolumentos: R\$183,00, Data/Hora da utilização: 12/11/2013 17:00:27, Emitido por: DORALICE DOS SANTOS PESSOA, FUNETJ: R\$ 18,30 FUNDPAM: R\$ 9,15 FUNDPGE: R\$ 5,49, EE25-3A09-FBE4-2033, Consulte o selo em www.seloam.com.br

CARTÓRIO SEGUNDO OFÍCIO
 Rua Daniel Sevalho, 124
 TEFÉ - AMAZONAS
OSVALDO SIMAS NOVO
 TABELIÃO
 CIC/MF N.º 024.752.902-20



ANATEL

Agência Nacional de Telecomunicações



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS
DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

Nome: ASSOCIACAO KARABABA DE CULTURA

CNPJ: 02.684.941/0001-17

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:05:34 do dia 15/04/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/05/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.070013/2013 Localidade / UF: CARAUARI/AM
Entidade: ASSOCIACAO KARABABA DE CULTURA
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Merianglia Ribeiro da Silva	884.018.712-04	Secretário	05/04/2012 05/04/2015	
Marinaira da Silva Nascimento	401.808.068-90	Vice-Presidente	05/04/2012 05/04/2015	
Antônio Souza Ferreira	192.898.392-87	2º Tesoureiro	05/04/2012 05/04/2015	
SIDONAY SOCORRO LITAIF RAMALHO	412.919.642-15	1º Tesoureiro	05/04/2012 05/04/2015	
JOSELIO OLIVEIRA NEPOMOCENO	662.532.762-04	Presidente	05/04/2012 05/04/2015	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo Instruído.

Mapa RadCom:

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações (20.3, a): FL. 05
- CNPJ válido e atual (20.3, c): FL. 06
- Estatuto atualizado ou cópia das alterações (20.3, d): FL. 60 à 65.
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada (20.3, e): FL. 21 e 22.
- Último relatório do Conselho Comunitário (20.3, h), conforme subitem 21.4. FL. 26 à 27.
- Certidão Negativa ANATEL (20.3, b): FL. 66
- Cópia do RG e CPF (art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 'e' 8.1 da Norma 1/2011): FL. 54 à 58.

É o relatório.

Diego Armando Araujo Guimaraes

NOTA TÉCNICA Nº 1559/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC

Assunto: **Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

Referências: Processo nº 53000.070013/2013.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise do requerimento por meio da qual a **Associação Karababá de Cultura** solicita Renovação de Outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carauari**, estado do **Amazonas**.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à **Associação Karababá de Cultura** para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 31/07/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 29/11/2013, às fls. 02, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE

Associação Karababá de Cultura

QUADRO DIRETIVO

Josélio Oliveira Nepomuceno – Presidente
Marinaira da Silva Nascimento – Vice-Presidente
Merianglia Ribeiro da Silva – Secretária
Sidonay Socorro Litaiff Ramalho – 1º Tesoureiro
Antônio Souza-Ferreira – 2º Tesoureiro

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme check-list abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, fls. 60/65
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, fls. 21/22
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, fls. 54/58

4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, fls. 05
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, fls. 66
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, fls. 06
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, fls. 26/27

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, e tendo em vista a completa instrução do pedido de Renovação de Outorga, conforme *check-list* acima destacado, opinamos pelo encaminhamento do presente processo à Consultoria Jurídica para prosseguimento.

5. Ainda, convém ressaltar que o Ministério das Comunicações tem como meta inscrita no Plano Plurianual 2012-15 a fiscalização de todas as entidades executantes de serviços de radiodifusão, o que importa dizer que no prazo de sua vigência a outorga em questão será objeto de fiscalização quanto às suas características técnicas, ao conteúdo veiculado e/ou à composição do seu quadro diretivo. Além dessas fiscalizações planejadas, eventuais denúncias ofertadas em face das outorgas de radiodifusão serão objeto de apuração e, se for o caso, solicitada à Anatel a sua fiscalização in loco.

À consideração superior.

Brasília, 25 de abril de 2014.


NATÁLIA FROEMMING
 Chefe de Serviço

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 25 de abril de 2014.


TASSIANA CUNHA CARVALHO
 Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária

Eletrônica.

De acordo. Encaminhe-se à Senhora Secretária de Serviços de Comunicação

Brasília, 28 de Abril

de 2014.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação

De acordo. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica.

Brasília, 29 de Abril

de 2014.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES

PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.070013/2013-35**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 26 de maio de 2014, na unidade CGRC/DEOC/SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço**, em 26/05/2014, às 07:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0007748** e o código CRC **EDC89BCC**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

CERTIDÃO DE CADASTRO DE PROCESSO NO SEI

Protocolo nº: 53000.070013/2013-35

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.

Brasília, 06 de junho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 06/06/2014, às 11:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0015329** e o código CRC **1615E7B6**.

**ILUSTRÍSSIMO SENHORA SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.**

**Assunto: comunica alteração na composição do quadro diretivo e do conselho
comunitário**

ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.684.941/0001-17, com sede na Avenida Samuel, s/nº, Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000, na cidade de Carauari, estado do Amazonas, vem, respeitosamente, por sua advogada, a presença de Vossa Senhoria, em atendimento ao disposto no art. 38, alínea "b", do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação que lhe foi dada pelo art. 9º da Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013, **comunicar** a alteração havida na composição do seu quadro diretivo, com a substituição de membro da diretoria, bem como a substituição de membro do Conselho Comunitário, conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária de Substituição de Membro da Diretoria e do Conselho Comunitário, registrada no Livro A de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, às fls. 03 e 03-V, sob a matrícula 02, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Carauari/AM.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 15 de maio de 2014.


ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA
OAB/DF 1540

- ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA -
CNPJ/MF: 02.684.941/0001-17. Fundada em 03/07/1998.
Av. Samuel Amaral, s/n, Samuel Amaral. Fone (97) 3491-1234.
CEP 69500-000. Carauari-AM

Cartório da Comarca do Carauari

Carauari - AM
 Raimundo Nonato Felinto Candido
 SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
 AV107518-17

AUTENTICAÇÃO

Valor ato: 3,93
 Data/Hora da utilização: 16/04/2014 11:45:66
 Emitido por: Wallace Vasconcelos Ferreira

22E6-A703-361C-AEB1
 Consulte o selo em www.seloam.com.br

CARAUARI
 16 ABR 2014
 Certifico conforme estatui o art. 2º do Reg. nº 2148 de 25.04.1940 que a fotocópia é igual ao original que me foi apresentado e com Em Teste

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRADORDINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO DE
MEMBROS DA DIRETORIA E
CONSELHO.

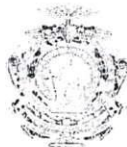
Ao primeiro (01) dia do mês de março do ano de 2014 (dois mil e quatorze), 01/03/2014, reuniram-se na Av. Samuel Amaral, S/N, Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000, CARAUARI-AM, em Assembleia Geral Extraordinária nos termos do Estatuto Social e do Edital de Convocação, os sócios da Associação Karababá de Cultura, para discussão e aprovação de substitutos de membro da Diretoria e do Conselho Comunitário da referida Instituição. Foi convidado para Presidir a Assembleia Geral Extraordinária o senhor Josélio Oliveira Nepomuceno-Presidente e para secretariar o senhor Nelson Jose Batista Lacerda. A reunião iniciou-se a partir das 8h:00, com o *quorum* exigido, o Presidente da Assembleia Geral Extraordinária deu as boas vindas a todos os presentes e ressaltou que recebeu pedido voluntário de desligamento de membro da Diretoria, neste caso do Primeiro Tesoureiro senhora SIDONAY SOCORRO LITAIFF RAMALHO, assim como o Atestado de óbito de membro do Conselho Comunitário, neste caso do falecido senhor OTACILIO CIPRIANO DE SOUZA, representando a Associação dos Moradores do Projeto de Assentamento do Riozinho-AMPAER. Em seguida destacou-se a importância do senhor OTACILIO CIPRIANO DE SOUZA como membro do Conselho Comunitário, e sugeriu a assembleia geral extraordinária encaminhasse a família, pêsame e reconhecimento pelos relevantes serviços prestado à instituição como membro do conselho comunitário; destacou ainda o pedido voluntário e os serviços do tesoureiro titular, senhora SIDONAY SOCORRO LITAIFF RAMALHO, que se justifica e de maneira irrevogável, tratar-se de motivos particulares que a impedem de desempenhar com qualidade os serviços de tesouraria da instituição. Após os pronunciamentos dos sócios presentes e discussões, o Presidente solicitou a assembleia que fossem apresentados dois nomes que substituíssem os membros em questão. Após as discussões foram apresentado os nomes da senhora MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DA SILVA E SILVA, portadora do RG 2666150-0 SSP-AM e do CPF 021.160.912-92, para compor a Tesouraria; e o senhor ANTONIO BERNARDO DA SILVA, portador do RG 737.576 SSP-AM e do CPF 227.812.772-15, para composição de membro do Conselho Comunitário, representando a Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estadual Osvaldo Nascimento, portadora do CNPJ 02.003.851/0001-13. Após as discussões foram colocado para apreciação da Assembleia Geral Extraordinária os nomes para os respectivos cargos de tesoureiro e membro do conselho comunitário, que por unanimidade foi aprovado a senhora MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DA SILVA E SILVA-TESOUREIRO e ANTONIO BERNARDO DA SILVA-MEMBRO DO CONSELHO COMUNITÁRIO, representando a APMC da Escola Estadual Osvaldo Nascimento. Não tendo mais nada a discutir, deu-se por encerrada a reunião e mandou-se lavrar a ata, que vai assinada por mim, Nelson Jose Batista Lacerda, que secretariou a reunião, pelo Presidente e pelos demais presentes na reunião. Anexo lista de presença.

Carauari (AM), 01 de março de 2014.

JOSÉLIO OLIVEIRA NEPOMUCENO- PRESIDENTE	<i>Josélio O. Nepomuceno</i>
NELSON JOSE BATISTA LACERDA- SECRETÁRIO	<i>Nelson</i>

CARTÃO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE CARAUARI-AM
 REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE CARAUARI-AM
 "CERTIDÃO EM ANEXO"
 Carauari-AM
 Oficial

Requerimiento (0008157) SEI 53900.000988/2014-33 / pg. 3



Estado do Amazonas

Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Rua Anastácio Cavalcante, nº 508-A – Centro – CEP: 69.500-000 – Carauari-AM



RAIMUNDO NONATO FELINTO

CÂNDIDO, Oficial do Registro de Título e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Carauari, Estado do Amazonas, na forma da lei.



CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA, SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA DIRETORIA E CONSELHO DA ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA**, data de 01 de março de 2014, contendo duas laudas, foi devidamente **registrada** no Livro A de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, às fls. **03 e 03-V**, sob a matrícula **02**. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Carauari, Estado do Amazonas, aos dezesseis (16) dias do mês de abril do ano dois mil e quatorze (2014). Eu, Wallace Vasconcelos Ferreira, Oficial do Registro de Título e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas Substituto, que digitei, subscrevo e assino.

Cartório da Comarca de Carauari

Carauari - AM
 Raimundo Nonato Felinto Cândido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AV107516-10

AUTENTICAÇÃO

Carauari, 16 de abril de 2014.

Em Test^o Wallace Vasconcelos Ferreira da Verdade.

Wallace Vasconcelos Ferreira
 RG 2047181-5/AM
 Oficial Substituto

NÃO NOS RESPONSABILIZAMOS
 POR RASURAS EMENDAS SEM
 A RESSALVA DESTE CARTÓRIO



SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO AV107511-10, TDPJ, Protocolo: 1, Número registro: 2, Número averbação: 1, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, Valor ato: R\$84,20, Valor emolumentos: R\$67,90, Data/Hora da utilização: 16/04/2014 11:29:37, Emitido por: Wallace Vasconcelos Ferreira, FUNETJ:R\$ 6,79 FUNDPAM:R\$ 3,40 FUNDPGE:R\$ 2,04 FARPAM:R\$ 4,07, B880-EFB9-EEAD-73E8, Consulte o selo em www.seloam.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO AV107512-18, TDPJ, Protocolo: 1, Número registro: 2, Número averbação: 1, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, Valor ato: R\$33,68, Valor emolumentos: R\$27,16, Data/Hora da utilização: 16/04/2014 11:31:34, Emitido por: Wallace Vasconcelos Ferreira, FUNETJ:R\$ 2,72 FUNDPAM:R\$ 1,36 FUNDPGE:R\$ 0,81 FARPAM:R\$ 1,63, 3DE6-A271-26DC-A266, Consulte o selo em www.seloam.com.br

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE
RADIODIFUSÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.**

Assunto: solicitação de juntada do documento.

Referência: Processo nº 53000.070013/2013 – 35 (renovação de outorga)

ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.684.941/0001-17, com sede na Avenida Samuel, s/nº, Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000, na cidade de Carauari, estado do Amazonas, vem, respeitosamente, por sua advogada, a presença de Vossa Senhoria, solicitar que seja juntado aos autos do processo de renovação de outorga, supracitado, cópia da Ata de Assembléia Geral Extraordinária de Substituição de Membro da Diretoria e do Conselho Comunitário, registrada no Livro A de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, às fls. 03 e 03-V, sob a matrícula 02, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Carauari/AM.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 15 de maio de 2014.


ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA
OAB/DF 1540

- ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA -
CNPJ/MF: 02.684.941/0001-17. Fundada em 03/07/1998.
Av. Samuel Amaral, s/n, Samuel Amaral. Fone (97) 3491-1234.
CEP 69500-000. Carauari-AM

Cartório da Comarca do Carauari

Carauari - AM

Raimundo Nonato Felinto Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
AV107518-17

AUTENTICAÇÃO

Valor alto 3.93
Data/Hora da utilização: 16/04/2014 11:45:55
Emitted por: Wallace Vasconcelos Ferreira

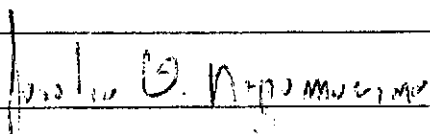

22E6-A703-361C-AE81
Consulte o selo em: www.seloam.com.br

16 ABR 2014

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRADORDINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO DE
MEMBROS DA DIRETORIA E
CONSELHO.

Ao primeiro (01) dia do mês de março do ano de 2014 (dois mil e quatorze), 01/03/2014, reuniram-se na Av. Samuel Amaral, S/N, Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000, CARAUARI-AM, em Assembleia Geral Extraordinária nos termos do Estatuto Social e do Edital de Convocação, os sócios da Associação Karababá de Cultura, para discussão e aprovação de substitutos de membro da Diretoria e do Conselho Comunitário da referida Instituição. Foi convidado para Presidir a Assembleia Geral Extraordinária o senhor Josélio Oliveira Nepomuceno-Presidente e para secretariar o senhor Nelson Jose Batista Lacerda. A reunião iniciou-se a partir das 8h:00, com o *quorum* exigido, o Presidente da Assembleia Geral Extraordinária deu as boas vindas a todos os presentes e ressaltou que recebeu pedido voluntário de desligamento de membro da Diretoria, neste caso do Primeiro Tesoureiro senhora SIDONAY SOCORRO LITAIFF RAMALHO, assim como o Atestado de óbito de membro do Conselho Comunitário, neste caso do falecido senhor OTACILIO CIPRIANO DE SOUZA, representando a Associação dos Moradores do Projeto de Assentamento do Riozinho-AMPAER. Em seguida destacou-se a importância do senhor OTACILIO CIPRIANO DE SOUZA como membro do Conselho Comunitário, e sugeriu a assembleia geral extraordinária encaminhasse a família, pêsame e reconhecimento pelos relevantes serviços prestado à instituição como membro do conselho comunitário; destacou ainda o pedido voluntário e os serviços do tesoureiro titular, senhora SIDONAY SOCORRO LITAIFF RAMALHO, que se justifica e de maneira irrevogável, tratar-se de motivos particulares que a impedem de desempenhar com qualidade os serviços de tesouraria da instituição. Após os pronunciamentos dos sócios presentes e discussões, o Presidente solicitou a assembleia que fossem apresentados dois nomes que substituíssem os membros em questão. Após as discussões foram apresentado os nomes da senhora MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DA SILVA E SILVA, portadora do RG 2666150-0 SSP-AM e do CPF 021.160.912-92, para compor a Tesouraria; e o senhor ANTONIO BERNARDO DA SILVA, portador do RG 737.576 SSP-AM e do CPF 227.812.772-15, para composição de membro do Conselho Comunitário, representando a Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estadual Osvaldo Nascimento, portadora do CNPJ 02.003.851/0001-13. Após as discussões foram colocado para apreciação da Assembleia Geral Extraordinária os nomes para os respectivos cargos de tesoureiro e membro do conselho comunitário, que por unanimidade foi aprovado a senhora MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DA SILVA E SILVA-TESOUREIRO e ANTONIO BERNARDO DA SILVA-MEMBRO DO CONSELHO COMUNITÁRIO, representando a APMC da Escola Estadual Osvaldo Nascimento. Não tendo mais nada a discutir, deu-se por encerrada a reunião e mandou-se lavrar a ata, que vai assinada por mim, Nelson Jose Batista Lacerda, que secretariou a reunião, pelo Presidente e pelos demais presentes na reunião. Anexo lista de presença.

Carauari (AM), 01 de março de 2014.

JOSÉLIO OLIVEIRA NEPOMUCENO- PRESIDENTE	
NELSON JOSE BATISTA LACERDA- SECRETÁRIO	

CARAUARI DE ATOS E DOCUMENTOS DE CARAUARI-AM
LIVRO
"CERTIDÃO EM ANEXO"
Carauari-AM
Of. 12/14

SEI 53000.070013/2013-35 / pg. 80

LIVRO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

SERIALIZADO FLS LIVRO

CERTIDÃO EM ANEXO

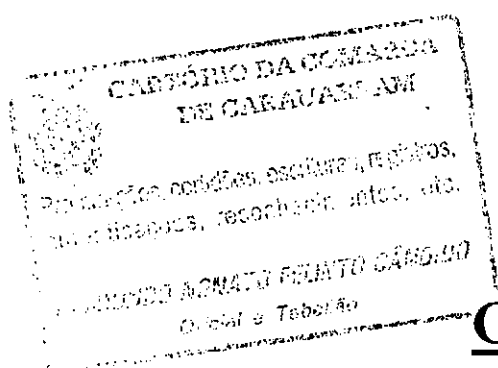
Caratula.....

Oficial



Estado do Amazonas

Cartório do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Rua Anastácio Cavalcante, nº 508-A – Centro – CEP: 69.500-000 – Carauari-AM



RAIMUNDO NONATO FELINTO

CÂNDIDO, Oficial do Registro de Título e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Carauari, Estado do Amazonas, na forma da lei.



CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA, SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA DIRETORIA E CONSELHO DA ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA**, data de 01 de março de 2014, contendo duas laudas, foi devidamente **registrada** no Livro A de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, às fls. 03 e 03-V, sob a matrícula **02**. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Carauari, Estado do Amazonas, aos dezesseis (16) dias do mês de abril do ano dois mil e quatorze (2014). Eu, **Wallace Vasconcelos Ferreira**, Oficial do Registro de Título e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas Substituto, que digitei, subscrevo e assino.

Cartório da Comarca de Carauari

Carauari - AM
Raimundo Nonato Felinto Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AV107516-10

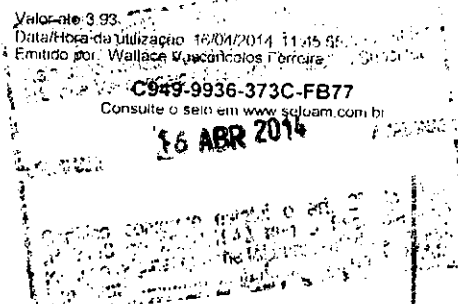
AUTENTICAÇÃO

Carauari, 16 de abril de 2014.

Em Testº da Verdade.

Wallace Vasconcelos Ferreira
RG 2047161-5/AM
Oficial Substituto

NÃO NOS RESPONSABILIZAMOS
POR INEXATIDÃO EMENDAS SEM
A RESALVA DESTE CARTÓRIO



SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO AV107511-10, TDPI, Protocolo: 1, Número registro: 2, Número averbação: 1, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, Valor ato: R\$84,20, Valor emolumentos: R\$67,90, Data/Hora da utilização: 16/04/2014 11:29:37, Emitido por: Wallace Vasconcelos Ferreira, FUNETJ:R\$ 6,79 FUNDPAM:R\$ 3,40 FUNDPGE:R\$ 2,04 FARPAM:R\$ 4,07, B880-EF139-EEAD-73E8, Consulte o selo em www.seloam.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO AV107512-18, TDPI, Protocolo: 1, Número registro: 2, Número averbação: 1, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, Valor ato: R\$33,68, Valor emolumentos: R\$27,16, Data/Hora da utilização: 16/04/2014 11:31:34, Emitido por: Wallace Vasconcelos Ferreira, FUNETJ:R\$ 2,72 FUNDPAM:R\$ 1,36 FUNDPGE:R\$ 0,81 FARPAM:R\$ 1,63, 3DE6-A271-26FC-A266, Consulte o selo em www.seloam.com.br

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 3964/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.070013/2013**

Processo de Outorga nº: **53630.000295/1998**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Karababá de Cultura**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carauari / AM**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Prova de que a Sra. Maria do Perpétuo Socorro da Silva e Silva é brasileira nata ou naturalizada há mais de dez anos e maior de dezoito anos ou emancipada (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2; e

II. CPF da Sra. Maria do Perpétuo Socorro da Silva e Silva.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 21/07/2014, às 08:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária Substituto**, em 23/07/2014, às 16:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0035375** e o código CRC **EB0E8D9A**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 3757/2014/SEI-MC

Brasília, 23 de julho de 2014

Ao Senhor

JOSÉLIO OLIVEIRA NEPOMUCENO

Representante Legal da Associação Karababá de Cultura
Avenida Samuel Amaral, s/nº - Bairro Samuel Amaral
69.500-000 / Carauari - AM

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.070013/2013-35.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **3964/2014/CGRC/SCE**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária Substituto**, em 23/07/2014, às 16:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0035398** e o código CRC **75167D2B**.



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.


Brasília, 23 de julho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 23/07/2014, às 13:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0052082** e o código CRC **75469381**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AIR	
NOME OU RAZÃO SOCIAL		SCE/CGRC/SEI-MC	
ENDEREÇO / ADDRESS		Nº DO OFÍCIO: 3757 /2014, de 23/07/2014	
CEP / CODE POSTAL		Nº DO PROCESSO: 53000.070013/13	
		ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA	
		AVENIDA SAMUEL AMARAL, S/Nº - BAIRRO SAMUEL AMARAL	
		69.500-000 CARAUARI - AM	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
		14/08/2014	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
RG 2666 150-0			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JG 09078571 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços

Esplanada dos Ministérios, Bloco R,

Ed. Anexo Ala Oeste sala 300

70044-900

Brasília-DF

CI

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

ILUSTRÍSSIMO SENHOR COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE
RADIODIFUSÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

Processo nº 53000.070013/2013 – 35

**Assunto: Solicitação de juntada do documento em cumprimento ao Ofício nº
3757/2014/SEI-MC e Nota Técnica nº 3964/2014/SEI-MC.**

ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, já devidamente qualificada nos
autos, vem, respeitosamente, por sua advogada, a presença de Vossa Senhoria, em
cumprimento aos documentos supramencionados, solicitar juntada de:

- (i) Prova de que a Sra. Maria do Perpétuo Socorro da Silva e Silva é
brasileira nata ou naturalizada há mais de dez anos e maior de
dezoito anos ou emancipada (Cópia RG);
- (ii) CPF da Sra. Maria do Perpétuo Socorro da Silva e Silva.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília, 27 de agosto de 2014.


ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA
OAB/DF 1540

MC/PROTOCOLO GERAL
RECEBI O ORIGINAL
Em 27/08/14
Nome Legível Adalza



POLEGAR DIREITO



Maria do Perpetuo Socorro da Silva e Silva
ASSINATURA DO TITULAR

Carauari - AM
Raimundo Nonato Felinto Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
AW569816-62

AUTENTICAÇÃO

Valor ato: 3,93
Data/Hora da utilização: 20/08/2014 16:08:11
Emitido por: Wallace Vasconcelos Ferreira

A07A-EAD2-A69A-9F55
Consulte o selo em www.seloam.com.br

TABELIONATO DE NOTAS DE CARAUARI
Rua Anastácio Cavalcante, nº 508 - A - Centro
Raimundo Nonato Felinto Candido - Tabelião Titular
Wallace Vasconcelos Ferreira - Tabelião Substituto

20 AGO 2014

AMAPÁ

Certifico conforme estatui o art. 2º do Dec.
nº 2148 de 25.04.1940 que a fotocópia está
igual ao original que me foi apresentado e contém
Em Teste da Verdade.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2666150-0
DATA DE EXPEDIÇÃO 10/11/2009

NOME MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA E SILVA
FILIAÇÃO ANTONIO BERNARDO DA SILVA
GELCEMI SANTOS DA SILVA

MANAUS-AM
NATURALIDADE
DATA DE NASCIMENTO 03/09/1993

CPF 037.000.000-00
CERT. NASC. N. 141 FLS. 208 LV. A-1
CARAUARI-AM

ASSINATURA DO DIRETOR

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

021.160.912-92

Nome

MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA E SILVA

Nascimento

03/09/1993



REAL SERICARD

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão
JUL/2010



Carauari - AM
Raimundo Nonato Felinto Candido
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
AW569815-64

AUTENTICAÇÃO

Valor ato: 3,93
Data/Hora da utilização: 20/08/2014 16:08:10
Emitido por: Wallace Vasconcelos Ferreira

C97F-DD64-BAAD-A87B

Consulte o selo em www.seloam.com.br

TABELIONATO DE NOTAS DE CARAUARI
Rua Anastácio Cavalcante, nº 508 - A - Centro
Raimundo Nonato Felinto Candido - Tabelião Titular
Wallace Vasconcelos Ferreira - Tabelião Substituto

20 AGO 2014

AMAPÁ

CARAUARI

Certifico conforme estatui o art. 2º do Dec.
nº 2148 de 25.04.1940 que a fotocópia está
igual ao original que me foi apresentado e contém
Em Teste da Verdade.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Memo. nº 314/2014/SEI-MC

Brasília, 17 de julho de 2014

À Coordenadora de Análise de Denúncias

Assunto: Informação sobre entidades comunitárias de pleiteiam a Renovação da Outorga.

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Karababá de Cultura**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carauari / AM**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária Substituto**, em 17/07/2014, às 19:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0023394** e o código CRC **8CA29043**.



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: AM
Município: Carauari
Canal: 285
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA
Nome Fantasia: RÁDIO COMUNITÁRIA KARABABÁ FM
Logradouro: AVENIDA SAMUEL AMARAL
Telefone: (61) 0000000000
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.684.941/0001-17
Bairro: SAMUEL AMARAL
Número: S/N
Fax: Não Informado

+ Dados da Outorga

- Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
287	Portaria	MC	16/05/2001	31/05/2001	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾
394	Decreto Legislativo	CN	30/07/2003	31/07/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾
39566	ATO	SCM	07/10/2003	15/10/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾
280	Portaria	MC	31/10/2008	23/01/2009	Multa	Jur. ▾

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

Tela Inicial Imprimir



MG	Uberlândia	20	18S5307	48W1639	0,800			Coordenadas do sítio: 18S5307 48W1639
MG	Uberlândia	23	18S5307	48W1639	0,080			Coordenadas do sítio: 18S5307 48W1639 Co-localizado com o canal 22-
MG	Uberlândia	28	18S5307	48W1639	8,000			Coordenadas do sítio: 18S5307 48W1639
MG	Uberlândia	30	18S5307	48W1639	8,000			Coordenadas do sítio: 18S5307 48W1639

MG	Uberlândia	32	18S5307	48W1639	8,000			Coordenadas do sítio: 18S5307 48W1639
MG	Uberlândia	36	18S5307	48W1639	8,000			Coordenadas do sítio: 18S5307 48W1639
MG	Uberlândia	52	18S5307	48W1639	0,080			Coordenadas do sítio: 18S5307 48W1639
MG	Uberlândia	56	18S5307	48W1639	0,080			Coordenadas do sítio: 18S5307 48W1639
MG	Uberlândia	58	18S5307	48W1639	0,080			Coordenadas do sítio: 18S5307 48W1639

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 297, DE 22 DE JANEIRO DE 2009

Processo nº 53500.005594/2001- Declara extinta por renúncia, a partir de 16 de janeiro de 2009, a autorização para explorar o Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Rede Especializado, de interesse restrito, conferida por meio do Ato nº 30.288, de 22 de outubro de 2002, à EUTELSAT BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.916.374/0001-40. A renúncia não desonerará a empresa de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 301, DE 22 DE JANEIRO DE 2009

Outorgar autorização para uso de radiofrequências, sem exclusividade, à BRASIL TELECOM S.A., filial Santa Catarina, para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

GILBERTO ALVES
Superintendente

ATO Nº 312, DE 22 DE JANEIRO DE 2009

Outorgar autorização para uso de radiofrequências, em caráter secundário, sem exclusividade, à TIM CELULAR S.A. para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

GILBERTO ALVES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 164, DE 2 DE JULHO DE 2008

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.061646/2006, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - AGECOM, autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Cavalcante, Estado de Goiás, utilizando o canal 09+ (nove decalado para mais).

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(03.520.902/0001-47 - 121,48 - 18.12.2008)

PORTARIA Nº 362, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2008

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.004881/1997, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da RBS TV SANTA CRUZ LTDA, autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Gramado Xavier, Estado do Rio Grande do Sul, utilizando o canal 9+ (nove decalado para mais).

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(90.705.690/0001-77 - 121,48 - 06.01.2009)

PORTARIA Nº 9, DE 14 DE JANEIRO DE 2009

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.045406/2008, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da SISTEMA DE RÁDIO DIFUSORA DE PIUMHI LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Piumhi, Estado de Minas Gerais, utilizando o canal 262, classe C

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(04.473.292/0001-30 - 121,48 - 22.01.2009)

PORTARIA Nº 10, DE 14 DE JANEIRO DE 2009

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.045405/2008, resolve:

Autorizar a SISTEMA DE RÁDIO DIFUSORA DE PIUMHI LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Piumhi, Estado de Minas Gerais, canal 262, classe C, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no referido município, e aprovar seus locais de instalação.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(04.473.292/0001-30- 121,48 - 22.01.2009)

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 31 DE OUTUBRO DE 2008

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta dos processos abaixo, resolve:

Nº 271 - Processo nº 53000.026482/2007. Aplicar à Televisão Guai-ba Ltda., executante do serviço de sons e imagens, na cidade de Porto Alegre/RS, a pena de multa no valor de R\$ 1.752,93 (um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos), por contrariar o disposto no artigo 38, alínea "c" do CBT, com alteração do artigo 7º da Lei nº 10.610/2002.

Nº 272 - Processo nº 53000.073711/2006. Aplicar à Associação Comunitária Liberdade Acreunense, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Acreúna/GO, a pena de multa no valor de R\$ 425,96 (quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos) por contrariar artigo 40, inciso XV do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 273 - Processo nº 53000.068389/2006. Aplicar à Associação Cultural Nova Palma, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Nova Palma/RS, a pena de multa no valor de R\$ 425,96 (quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos) por contrariar artigo 40, inciso XV do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 274 - Processo nº 53000.061564/2006. Aplicar à Fundação Educacional Machado de Assis, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Santa Rosa/RS, a pena de multa no valor de R\$ 473,29 (quatrocentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos), por contrariar o disposto no artigo 3º da Portaria Interministerial nº 651/99.

Nº 276 - Processo nº 53000.036871/2008. Aplicar à Universidade Federal de Pernambuco, executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Recife/PE, a pena de multa no valor de R\$ 1.752,93 (um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos), por contrariar o artigo 17, alínea "a" do CBT e artigo 13, parágrafo único do Decreto-lei nº 236/67.

Nº 277 - Processo nº 53000.033288/2008. Aplicar à Associação Cultural e Comunitária - Rádio do Povo, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Coronel Bicaco, a pena de multa no valor de R\$ 425,96 (quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos) por contrariar artigo 40, inciso XV do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 278 - Processo nº 53000.033056/2008. Aplicar à Exitus Sistema de Comunicação Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mineiros do Tietê/SP, a pena de multa no valor de R\$ 631,05 (seiscentos e trinta e um reais e cinco centavos), por não requerer vistoria para fins de licenciamento da estação dentro do prazo estabelecido.

Nº 279 - Processo nº 53000.033027/2008. Aplicar à TV Norte Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Açucena/MG, a pena de multa no valor de R\$ 631,05 (seiscentos e trinta e um reais e cinco centavos), por não requerer vistoria para fins de licenciamento da estação dentro do prazo estabelecido.

Nº 280 - Processo nº 53000.030719/2008. Aplicar à Associação Karababá de Cultura, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Caruaru/AM, a pena de multa no valor de R\$ 998,28 (novecentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos), por contrariar itens 14.2, 17.2, 19.3 e 19.3.1 da Norma 01/2004 e artigo 21, incisos I e IV da Lei nº 9.612/98.

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES
TEIXEIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES
E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 22 de janeiro 2009

Nº 204 - O de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas pela Resolução Autorizativa nº 251, de 27 de junho de 2005, alterada pela Resolução Autorizativa nº 1.543, de 02 de setembro de 2008, com base na Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto de 2004, alterada pela Resolução Normativa nº 271, de 03 de julho de 2007, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000700/2002-99, resolve: I - Estabelecer em 50% (cinquenta por cento) o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, quando devido, para o transporte da energia elétrica gerada pela central geradora eólica denominada Foz do Rio Choro, localizada no Município de Beberibe, Estado do Ceará, de propriedade da empresa SIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A., incidindo na produção e no consumo da energia comercializada pela referida central geradora; II - O percentual de redução deverá perdurar enquanto a potência injetada for menor ou igual a 30.000 kW, e a vigorar a partir da publicação deste Despacho.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 22 de janeiro de 2009

Nº 219 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais e em conformidade com o que estabelece a Resolução Normativa no 63, de 12 de maio de 2004, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.001957/2008-24, considerando o recurso interposto pela empresa Light Serviços de Eletricidade S.A. - LIGHT, resolve: - reconsiderar a decisão constante no Auto de Infração nº 055/2008-SFE, qual seja, a aplicação da penalidade de multa no valor de R\$ 2.781.532,43 (dois milhões, setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e três centavos), alterando-a para o valor de R\$ 2.327.096,44 (dois milhões, trezentos e vinte e sete mil, noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos), adotando como fundamento, aqueles constantes na Exposição de Motivos desta Decisão, com fulcro no disposto no art. 34 da Resolução Normativa nº 63/2004. Para efeitos de recolhimento da multa devem ser observadas as disposições do art. 24, parágrafo único, e art. 25 da Resolução Normativa nº 63/2004.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHOProcesso nº: **53000.070013/2013-35**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA**

Em atenção ao Memorando nº 314/2014/SEI-MC, informamos que foram procurados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53578.000048/2013	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite.• Processo aguardando análise e validação de Informe da Anatel;• Irregularidade(s) apurada(s): art. 16 da Lei nº 9.612/1998; art. 18 do mesmo diploma legal c/c subitem 19.6 da Norma MC nº 01/2004; e itens 19.1 e 19.3 da Norma MC nº 01/2004 (data de ocorrência: 17/12/2012).
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.030719/2008	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Ver Relatório no SRD (anexo nº 0279529);• Portaria nº 280, de 31/10/2008, publicada no Diário Oficial da União de 23/01/2009 - MULTA (anexo 0279596);• Infração(ões): itens 14.2, 17.2, 19.3 e 19.3.1 da Norma MC nº 01/2004 e art. 21, incisos I e IV da Lei nº 9.612/1998 (data de ocorrência: 03/06/2008).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Silva Lopes**,
Coordenadora de Análise de Denúncias, em 22/12/2014, às 11:37,
conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**,
Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas, em 29/12/2014,
às 15:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
0279602 e o código CRC **5D1279E7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 17416/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.070013/2013-35**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento da **Associação Karababá de Cultura** para renovação da autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carauari / AM**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Norma nº. 1/2011	Subitem 20.3, alínea "e"	Ata de eleição.	A ata de eleição deverá corresponder à Diretoria em exercício, já que o mandato relativo à última Diretoria informada a este Ministério se expirou em 05/04/2015. Observação: Tal documento deve estar registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas.
	Subitem 8.1, alínea "j"	CPF de todos os dirigentes	
Lei nº. 9.612/1998	Art. 6º, parágrafo único combinado com o art. 9º, §2º, III e IV	Comprovante de maioria/nacionalidade	A entidade deverá enviar documento que demonstre que todos os Diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 (dez) anos, bem como que são maiores de 18 (dezoito) anos. Observação: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento. Não serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

3. Em face do exposto, **intima-se** a entidade para que se manifeste sobre o que acima exposto, apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

4. Informa-se que a entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da entidade interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço**, em 07/08/2015, às 09:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 18/08/2015, às 10:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0648581** e o código CRC **085FCDF3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 25361/2015/SEI-MC

Brasília, 07 de agosto de 2015

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Karababá de Cultura
Avenida Samuel Amaral, s/nº - Bairro Samuel Amaral
69.500-000 / Carauari - AM

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.070013/2013-35.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 17416/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 18/08/2015, às 10:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0648601** e o código CRC **6DA26F28**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

Of. nº 25361/2015/SEI-MC, 07 de agosto de 2015

53000.070013/2013-35

ENDEREÇO / ADDRESS

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Karababá de Cultura

CEP / CODE POSTAL

Avenida Samuel Amaral, s/nº - Bairro Samuel Amaral

69.500-000

Carauari - AM

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

X *Aucília B. Barboza*

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

17/9/15

CARIMBO DE ENTREGA
LUGAR DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

2796890-1

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Assinatura 80540287

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JO 22679585 6 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

20/11/2015

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

1	1	1	1	1	1
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE
Departamento de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Guarda de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

1	1	1	1	1	1	1	1
---	---	---	---	---	---	---	---



**AO ILUSTRE COORDENADOR GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES**

Processo nº 53000.070013/2013-35

Ref.: Ofício nº 25361/2015/SEI-MC e Nota Técnica nº 17416/2015/SEI-MC

Assunto: Cumprimento de exigências.

A **ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA**, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, por meio de seu representante legal, requerer a juntada dos documentos solicitados na supramencionada Nota Técnica.

Portanto, dá-se como cumprida as exigências feitas por esse Ministério.

1

De qualquer sorte, caso esse não seja o entendimento desse Departamento de Outorga, a entidade permanece à inteira disposição para apresentar quaisquer documentos que se façam necessários.

Nestes termos,
Pede deferimento

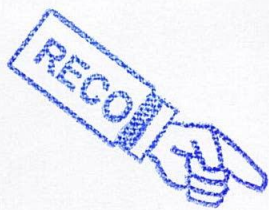
Brasília, 16 de outubro de 2015.

ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA
FERNANDA SENE VIEIRA
OAB/DF 37.191

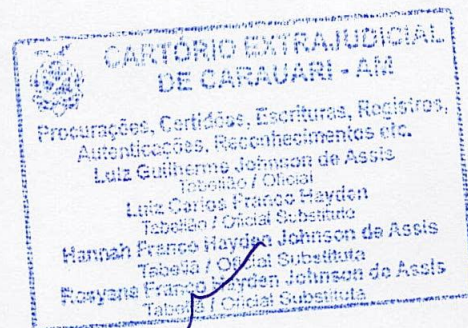
PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, **ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.684.941/0001-17, com sede na Avenida Samuel, s/nº, Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000, na cidade de Carauari, estado do Amazonas, neste ato representada por seu Presidente **Josélio Oliveira Nepomuceno**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 662.532.762-04, portador do documento de identidade RG nº 1497010-4 SSP-AM, residente e domiciliado à Rua Francisco Carneiro, S/Nº, Nova República, CEP 69500-000, Carauari-AM, nomeia e constitui seus bastantes procuradores o Sr. **ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 105.487 e OAB/DF sob o nº 34 272, a Sra. **ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 1.540 e na OAB/MG sob o nº 133.901, a Sra. **FERNANDA SENE VIEIRA**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 37.191 e a, todos com escritório em Brasília, DF, no SHIS, QI 09, Conjunto 17, Casa 14, CEP 71625-170, telefone (61) 3365-2079, para o fim específico de representá-la perante o Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em todos os assuntos de interesse da outorgante junto a esse órgão e entidade, podendo para tanto representar a outorgante em audiências, receber notificações, intimações, comunicações e qualquer outra espécie de documento, assinar petições, apresentar defesas, interpor recursos ou representações, dar declarações, apresentar documentos, firmar termos e compromissos, requerer prorrogação de prazos, ter vistas a processos, requerer cópias, e, ainda, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato. Os outorgados poderão substabelecer os poderes aqui conferidos, integral ou parcialmente.

CARAUARI-AM, 01 DE OUTUBRO DE 2015.



Josélio Oliveira Nepomuceno



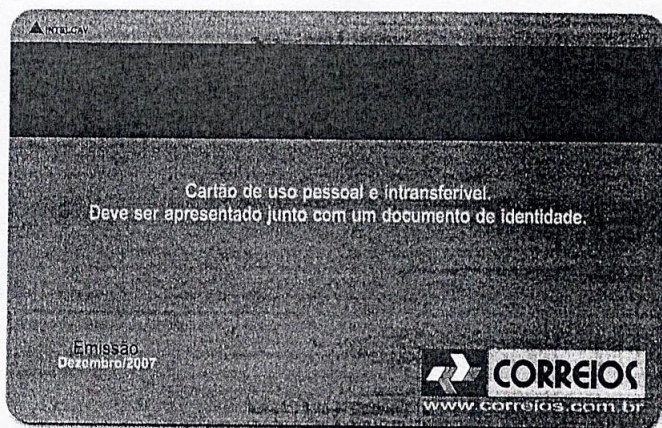
ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA
Josélio Oliveira Nepomuceno
Outorgante

Carauari - AM
Luiz Guilherme Johnson de Assis
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
BC319872-15

RECONHECIMENTO DE FIRMA
Nome reconhecido: Josélio Oliveira Nepomuceno

Valor ato: 4,25
Data/Hora da utilização: 08/10/2015 10:20:05
Emitido por: Luiz Guilherme Johnson de Assis

19A1-6039-C4CB-F3D3
Consulte o selo em www.seloam.com.br



CONFERE COM O ORIGINAL

Marcos da Costa Braga
Marcos da Costa Braga
Assistente A. UN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	52.559.861-3 DATA DE EXPEDIÇÃO: 16/JUN/2008
NOME	MARINAIRA DA SILVA NASCIMENTO
FILIAÇÃO	ORLANDO BERNARDINO DO NASCIMENTO E MARIA EVA VITURINO DA SILVA
NATURALIDADE	CARAUARI -AM DATA DE NASCIMENTO: 11/SET/1988
DOC. ORIGEM	CARAUARI AM CARAUARI
CPF	CN: LV.A81 /FLS.82 /N.034626 401808068/90
ASSINATURA DO Delegado Divisório	
DE 10/09/2008	



CONFERE COM O ORIGINAL

Marcos da Costa Braga
Assistente A. UN

REGISTRO
GERAL

1497010-4

DATA DE
EXPEDIÇÃO

13/03/1997

NOME

JOSELIO OLIVEIRA NEPUMOCENO

FILIAÇÃO

RAIMUNDO NOGUEIRA NEPOMUCENA

MARIA ~~AXILIADORA~~ OLIVEIRA
NEPOMUCENO
MANAUS-AM

NATURALIDADE

15/05/1978

DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM

CERT. NASC. N. 10.413 FLS. 196
LV. A-49 CART. CARAUARI-AM

CPF

PI013-13

PIS/PASEP

ASSINATURA DO DIRETOR

1A. VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



WPO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ADERSON CONCEIÇÃO DE MELO



POLEGAR DIREITO



Aderson Conceição de Melo

ASSINATURA DO TITULAR

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

JOSELIO OLIVEIRA NEPOMUCENO

S
E
R
P
R
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 17/04/98



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

JOSELIO OLIVEIRA NEPOMUCENO

Nº de inscrição

662532762-04

Data do Nascimento

15/05/78



ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA

CNPJ/MF: 02.684.941/0001-17

Sede: Av. Samuel, S/Nº, Bairro Samuel Amaral.
(97) 3491-1234. CEP 69500-000 CARAUARI-AM.**ATA ASSEMBLÉIA GERAL DE
ELEIÇÃO E POSSE DA
DIRETORIA E CONSELHO
COMUNITÁRIO PARA O
TRIENIO 2015-2018.**CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE CARAUARI-AM
REGISTRO Nº 652 1434 81
"CERTIDÃO EM ANEXO"
CARAUARI 25 09 2015

OFICIAL

Aos trinta dias do mês de maio do ano de 2015 (30/05/2015), a partir das 8h: 00, na Sede da Associação Karababa de Cultura, localizada na AV Samuel Amaral, S/Nº, Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000 Carauari-AM, reuniram-se nos termos do Estatuto Social e Edital de Convocação, em Assembleia Geral Ordinária os sócios da referida associação, para discutirem a pauta de Eleição e Posse da Diretoria e Conselho Comunitário para a gestão do triênio 2015-2018, e o que ocorrer. A Reunião foi Presidida pelo senhor Nelson Jose Batista Lacerda e Secretariada pela Senhora Lucelia da Silva Barbosa. O Presidente da Assembleia deu por aberta os trabalhos da assembleia geral, fazendo a chamada dos presentes e nos termos do Estatuto Social verificou-se o *quorum* suficiente para instalação da presente Assembleia Geral, em seguida lendo a ordem do dia e o Edital de Convocação para o processo eleitoral para a gestão do triênio 2015-2018. Sendo instalada a Assembleia Geral, em seguida pediu-se à secretaria que fizesse a leitura da composição das chapas inscritas e composição do conselho comunitário à concorrem ao processo eleitoral. A secretaria informou que apenas 01 (uma) Chapa para Diretoria Executiva e Conselho Comunitário tinham sido inscrita. O Presidente pediu que fosse feito a leitura da composição das chapas e em seguida o Presidente da Assembleia, nos termos do Estatuto Social e no consenso dos presentes, solicitou a aclamação das chapas, que por unanimidade dos presentes elegeram para a gestão da Associação no período de 2015-2018 os seguintes membros: **JOSELIO OLIVEIRA NEPOMUCENO-PRESIDENTE; MARINAIRA DA SILVA NASCIMENTO-VICE-PRESIDENTE; LUCELIA DA SILVA BARBOSA-TESOUREIRO; MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DA SILVA E SILVA-2º TESOUREIRO; MEYREÂNGLIA RIBEIRO DA SILVA-SECRETÁRIA; IVANETE DA CRUZ GOMES CHAVES-PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO/FISCAL; CRISLANNY ALVES DA SILVA-MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO/FISCAL; DARLENE FERREIRA CAVALCANTE-MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO/FISCAL.** E para compor o **CONSELHO COMUNITÁRIO** foram eleitos os seguintes: **FRANCISCO CABRAL DO NASCIMENTO-PRESIDENTE DO CONSELHO COMUNITÁRIO** representando a instituição APMC da ESCOLA MUNICIPAL MARIA ROSIRIA DA SILVA-CNPJ 03.186.789/0001-05; **ELIANDRO DA SILVA NASCIMENTO-MEMBRO**, representando a instituição APMC da ESCOLA MUNICIPAL REGINA SILVA DO CARMO-CNPJ 06.584.203/0001-59; **RAIMUNDO AQUINO DE ASSIS-MEMBRO** representando a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DA ESTRADA DO RIOZINHO-AMPAER/CNPJ 03.452.566/0001-42; **JAIME COSTA PEREIRA-MEMBRO**, representando o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE CARAUARI-CDHC/CNPJ 07.335.662/0001-61; e o senhor **MARIA EVA VITURINO DA SILVA-MEMBRO** representando o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CARAUARI/CNPJ 04.954.889/0001-05.



ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA

CNPJ/MF: 02.684.941/0001-17

Sede: Av. Samuel, S/Nº, Bairro Samuel Amaral.
(97) 3491-1234. CEP 69500-000 CARAUARI-AM.

Em seguida o Presidente da Assembleia Geral, convidou os referidos membros que foram eleitos por aclamação à mesa e declarou empossados todos os membros para a gestão do período 2015-2018. Após o pronunciamento de agradecimento do Presidente eleito, não tendo mais a nada a ser tratado deu-se por encerrada a Assembleia Geral. Eu, Lucélia da Silva Barbosa, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, e os demais presentes.

Carauari (AM), 30 de MAIO de 2015.

ORD	ASSINATURA
	Lucélia da Silva Barbosa
	Nelso
	Marco Aurelio F. da Silva
	Maria do Perpétuo Socorro da Silva e Silva
	Darlene Ferreira Cavalcante
	Mariangela Ribeiro da Silva
	Francisco Labral Alves do Nascimento
	Janete da Cruz Gomes Chaves.
	Janeuf Costa Pereira
	ELIANDRO DA SILVA DO NASCIMENTO
	 Maria Eva Vitorino da Silva
	Deizir da Silva Almeida
	Yon Carlos Gomes de Oliveira
	Rinaldo de Souza Reis
	José F. B. Batista.
	William Honorato Soriano
	Christanny Alves da Silva
	Julio G. Nopomunho
	

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE CARAUARI-AM
REGISTRO Nº 052.143 LIVRO 01
"CERTIDÃO EM ANEXO"
CARAUARI 25.09.2015
OFICIAL



ESTADO DO AMAZONAS

COMARCA DE CARAUARI – AMAZONAS

Cartório do Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis

Rua Anastácio Cavalcante, nº 508 - A – Centro – CEP: 69.500-000

Fone: (92) 99239-5175 – Email: cartoriojohnson@gmail.com




LUIZ GUILHERME JOHNSON DE ASSIS,

Oficial do Registro Integral de Títulos e Documentos e Outros Papéis da Comarca de Carauari, Estado do Amazonas, por nomeação legal etc.




CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO COMUNITÁRIO PARA O TRIENIO 2015-2018 – ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA**, foi devidamente Averbada no Livro **B-1** de Registro Integral de Títulos, documentos e outros Papéis, às fls. **143-V/144**, sob a matrícula **AV-05-652**. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Carauari, Estado do Amazonas, aos vinte e cinco (25) de setembro de dois mil e quinze (2015). Eu, , Luiz Carlos Franco Hayden, Oficial do Registro Integral de Títulos, Documentos e outros Papéis Substituto, que digitei, subscrevo e assino.


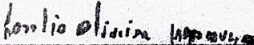
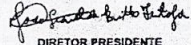

Carauari, 25 de setembro de 2015.

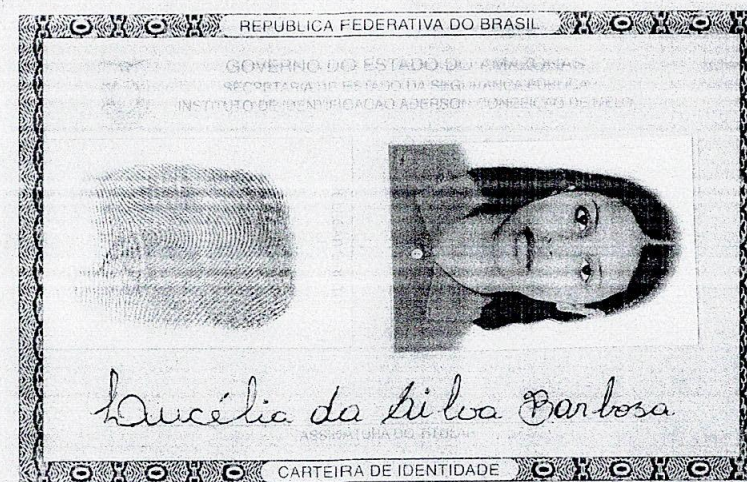
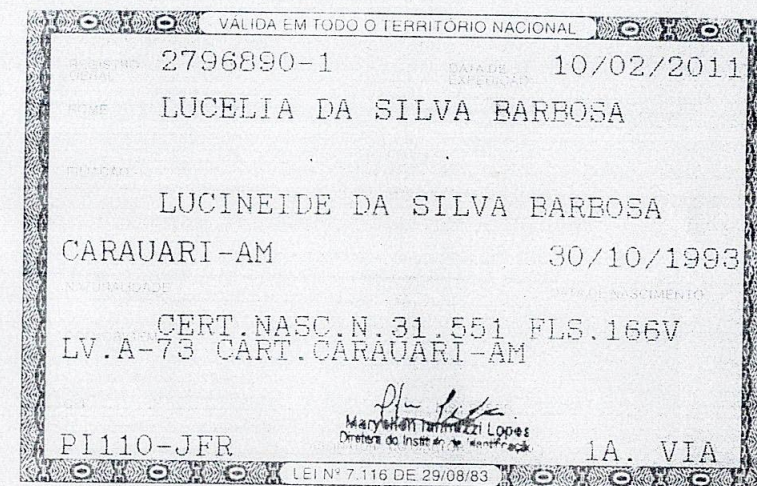
Em Teste _____ da Verdade.


Luiz Carlos Franco Hayden
Oficial / Tabelião Substituto

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO BC114600-42, TDPJ, Protocolo: 1, Número registro: 652, Número averbação: 5, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA, Valor ato: R\$89,53, Valor emolumentos: R\$72,20, Data/Hora da utilização: 25/09/2015 09:14:07, Emitido por: Luiz Guilherme Johnson de Assis, FUNETJ:R\$ 7,22 FUNDPAM:R\$ 3,61 FUNDPGE:R\$ 2,17 FARPAM:R\$ 4,33, 21E8-EF0A-4698-E88F, Consulte o selo em www.seloam.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO BC114601-40, TDPJ, Protocolo: 1, Número registro: 652, Número averbação: 5, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA, Valor ato: R\$35,81, Valor emolumentos: R\$28,88, Data/Hora da utilização: 25/09/2015 09:14:32, Emitido por: Luiz Guilherme Johnson de Assis, FUNETJ:R\$ 2,89 FUNDPAM:R\$ 1,44 FUNDPGE:R\$ 0,87 FARPAM:R\$ 1,73, BD4B-B5E8-5A3F-5591, Consulte o selo em www.seloam.com.br

<div>  </div> <div> REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO </div>	
<div> VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 968976847 </div>	<div> <div> <div>NOME</div> <div>JOSELIO OLIVEIRA NEPOMUCENO</div> </div> <div> <div>DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF</div> <div>14970104 SSP AM</div> </div> <div> <div>CPF</div> <div>662.532.762-04</div> </div> <div> <div>DATA NASCIMENTO</div> <div>15/05/1978</div> </div> <div> <div>FILIAÇÃO</div> <div> RAIMUNDO NOGUEIRA NEPO MUCENA MARIA AUXILIADORA OLIV EIRA NEPOMUCENO </div> </div> <div> <div>PERMISSÃO</div> <div>ACC</div> </div> <div> <div>CAT. HAB.</div> <div>AD</div> </div> </div>
	<div> <div>Nº REGISTRO</div> <div>03927762840</div> </div> <div> <div>VALIDADE</div> <div>04/12/2019</div> </div> <div> <div>1ª HABILITAÇÃO</div> <div>25/09/2006</div> </div>
	<div> <div>OBSERVAÇÕES</div> <div>Apto para Transporte Remunerado</div> </div>
	<div> <div>ASSINATURA DO PORTADOR</div> <div>  </div> </div>
	<div> <div>LOCAL</div> <div>CARAUARI, AMAZONAS</div> </div> <div> <div>DATA EMISSÃO</div> <div>22/12/2014</div> </div>
<div> <div>PROIBIDO PLASTIFICAR</div> <div>968976847</div> </div>	<div> <div> <div>  </div> <div> DIRETOR PRESIDENTE ASSINATURA DO EMISSOR </div> </div> <div> <div>35760014816</div> <div>AM020321015</div> </div> </div>
<div>  </div>	



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2666150-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/11/2009

NOME MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA E SILVA

FILIAÇÃO ANTONIO BERNARDO DA SILVA

GELCEMI SANTOS DA SILVA

MANAUS-AM 03/09/1993

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

CERT. NASC. N. 141 FLS. 208 LV. A-1

CART. JOROA-AM

CPF

PI110-JFR

ASSINATURA DO DIRETOR

1A. VIA

LEI N. 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição
021.160.912-92

Nome
MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA E SILVA

Nascimento
03/09/1993



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ADERSON CONCEIÇÃO DE MELO



POLEGAR DIREITO



Meri Anglia Ribeiro da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	2122742-0	DATA DE EXPEDIÇÃO	27/04/2004
NOME	MERIANGLIA RIBEIRO DA SILVA		
FILIAÇÃO	RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA VALRENE RIBEIRO DOS SANTOS		
NATURALIDADE	CARAUARI-AM	DATA DE NASCIMENTO	30/04/1984
DOC. ORIGEM	CERT. NASC. N. 13.805 FL. 251 LV. A-52 CART. CARAUARI-AM		
CPF	PAC03-AA		
Assinatura do Titular		1A. VIA	

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Nome de Inscrição

884.018.712-04

Nome

MERIANGLIA RIBEIRO DA SILVA

Nascimento

30/04/1984



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

10 de Novembro de 1988

MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E FINANÇAS

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

CIC

Nº DE INSCRIÇÃO: 446041302 72

NOME COMPLETO: **IVANETE DA CRUZ GOMES CHAVES**

NASCIMENTO: 01/11/70

ASSINATURA: *Ivanete da Cruz G. Chaves*

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 0948855-3 DATA DE EXPEDIÇÃO: 13/12/1988

NOME: **IVANETE DA CRUZ GOMES CHAVES**

FILIAÇÃO: **MANUEL BATISTA CHAVES**
FRANCISCA GOMES CHAVES

CARAUARI-AM 01/11/1970
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM: CERT. NASC. N. 13.643 FLS. 298
LV. 51 CART. CARAUARI-AM

CPF: PIS/PASEP

PI001-1 ASSINATURA DO DIRETOR: *Paulo Roberto Aguiar* 1A VIA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DO DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

3003/0030-1
06 FEV 1992
L0220100-3

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO
APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO DRF

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ADERSON CONCEIÇÃO DE MELO

PI 001-1-9

INSTITUTO POLÍCIA CIVIL IDENTIFICAÇÃO AM

Ivanete da Cruz G. Chaves

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Recarta Federal
Cadastro de Pessoas Físicas
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO



Número
027.657.512-18

Nome
CHRISLANNY ALVES DA SILVA

Nascimento
25/02/1996

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ADERSON CONCEIÇÃO DE MELO

Chrislanny Alves da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

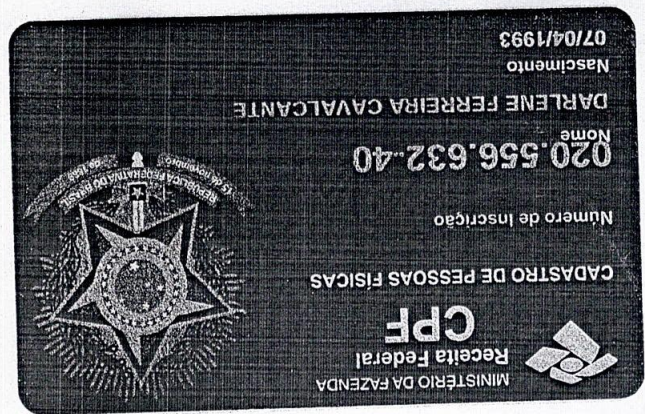
CARTEIRA DE IDENTIDADE

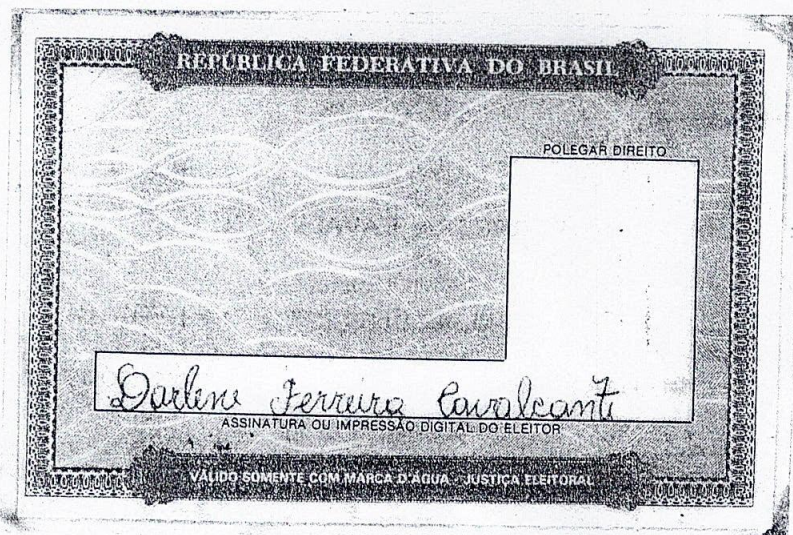
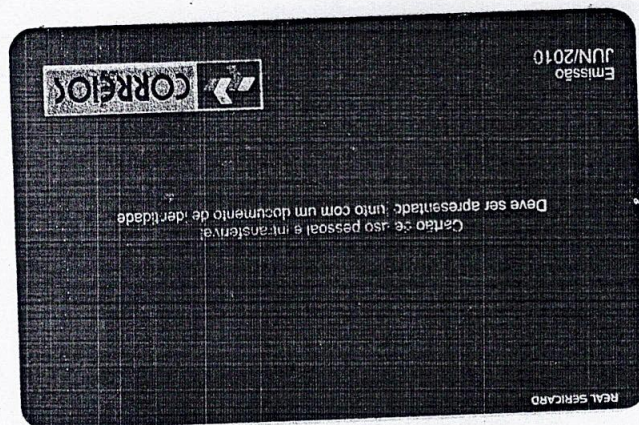
THOMAS GREG & SOUZA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	2849887-9	DATA DE EXPEDIÇÃO	14/02/2014
NOME	CHRISLANNY ALVES DA SILVA		
FILIAÇÃO	ZILMA ALVES DA SILVA		
CARAUARI-AM	25/02/1996		
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO		
CO-ORIGEM	CERT. NASC. N. 33.410 FLS. 73		
LV. 78	CART. CARAUARI-AM		
CPF	027657512-18	ASSINATURA DO TITULAR	2A. VIA
IIACM-ASF	LEI Nº 7.116 DE 29/08/83		

THOMAS GREG & SOUZA





MINISTÉRIO DA FAZENDA

 **Receita Federal**
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
723.981.322-34

Nome
FRANCISCO CABRAL ALVES DO NASCIMENTO

Nascimento
18/02/1980

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **1819526-1** DATA DE EXPEDIÇÃO **11/06/2001**

NOME **FRANCISCO CABRAL ALVES DO NASCIMENTO**

FILIAÇÃO **NEROCLAUDIO LIRA CABRAL**
ANTONIA SOCORRO DE SOUZA

CARAUARI-AM **18/02/1980**

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM **CERT. NASC. N. 18.559/FLS. 174**
LV. 56 CART. CARAUARI-AM

CPF **P1110-JSM** PIS/PASEP **1A. VIA**

ASSINATURA DO DIRETOR **1A. VIA**
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ADERSON CONCEIÇÃO DE MELO

Francisco Cabral Alves do Nascimento
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE
ABNC

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
NÚMERO

679.590.242-00

NOME

ELIANDRO DA SILVA DO NASCIMENTO

NASCIMENTO

25/11/1980

VÁLIDO SOMENTE COMO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

PAI
PRONTO ATENDIMENTO
ITINERANTE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO FISCAL 1589909-8 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/08/1998

NOME ELIANDRO DA SILVA DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO ORLANDO BATISTA DO NASCIMENTO

EVA VITURINO DA SILVA

CARAUAÍ-AM 25/11/1980

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

CERT. NASC. 10.843 FLS. 06

1500 CART. CAR. 11-AM

CPE

PI110-WJH ASSINATURA DO DIRETOR 1A. VIA

LEI Nº 7.114 DE 29/06/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ADERSON CONCEIÇÃO DE MELO

PI-110

NÃO DOADOR DE CRÓDITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MOORE FOTOMARKETING LTDA



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 0604985-0 DATA DE EXPIRAÇÃO 25/09/2002

NOME JAYME COSTA PEREIRA

FILIAÇÃO CAMILO ALVES PEREIRA

SUZANA COSTA PEREIRA

CARAUARI-AM 03/10/1963

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM CERT. NASC. N. 1.446 FLS. 52V

LV. 24 CART. CARAUARI-AM

CPF 11ACM-AC

ASSINATURA DO DIRETOR Maria Júlia Belota Lopes

Delegada de Polícia

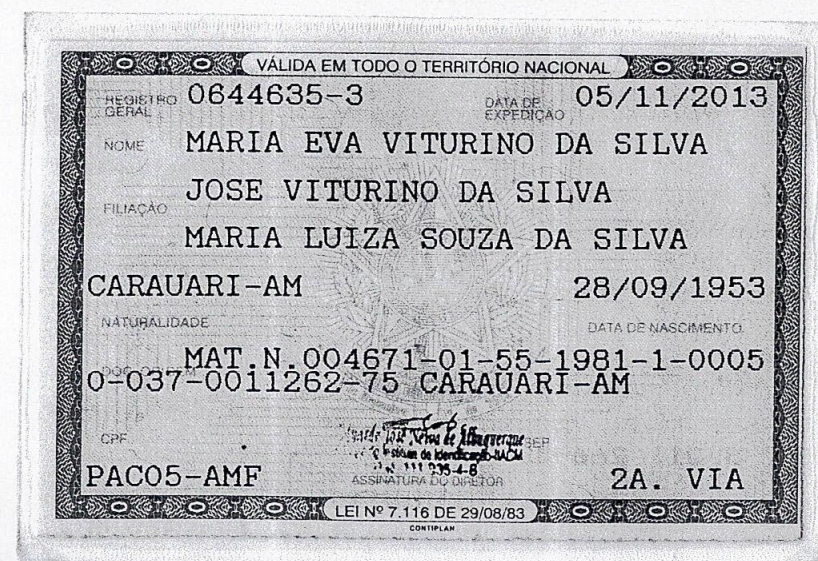
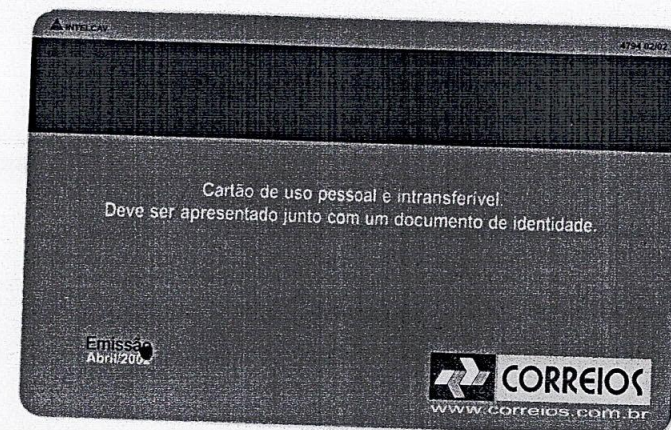
2A. VIA

LEI Nº 7.116 DE 2009

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil



<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>MINISTÉRIO DAS CIDADES</p> <p>DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO</p> <p>CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO</p>	
<p>VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL</p> <p>968976847</p>	<p>NOME</p> <p>JOSELIO OLIVEIRA NEPOMUCENO</p>
	<p>DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF</p> <p>14970104 SSP AM</p>
	<p>CPF</p> <p>662.532.762-04</p>
	<p>DATA NASCIMENTO</p> <p>15/05/1978</p>
	<p>FILIAÇÃO</p> <p>RAIMUNDO NOGUEIRA NEPO MUCENA</p> <p>MARIA AUXILIADORA OLIV EIRA NEPOMUCENO</p>
<p>PROIBIDO PLASTIFICAR</p> <p>968976847</p>	<p>PERMISSÃO</p> <p>ACC</p> <p>CAT. HAB.</p> <p>AD</p>
	<p>Nº REGISTRO</p> <p>03927722840</p>
	<p>VALIDADE</p> <p>04/12/2019</p>
	<p>1ª HABILITAÇÃO</p> <p>25/09/2006</p>
	<p>OBSERVAÇÕES</p> <p>Apto para Transporte Remunerado</p>
<p><i>Joselio Oliveira Nepomuceno</i></p> <p>ASSINATURA DO PORTADOR</p>	
<p>LOCAL</p> <p>CARAUARI, AMAZONAS</p>	
<p>DATA EMISSÃO</p> <p>22/12/2014</p>	
<p><i>[Assinatura]</i></p> <p>DIRETOR PRESIDENTE</p> <p>ASSINATURA DO EMISSOR</p>	
<p>35760014816</p> <p>AM020321015</p>	
<p>DI-TRAN - AM (AMAZONAS)</p>	

ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA

CNPJ/MF: 02.684.941/0001-17

Sede: Av. Samuel, S/Nº, Bairro Samuel Amaral.
(97) 3491-1234. CEP 69500-000 CARAUARI-AM.

ATA ASSEMBLÉIA GERAL DE
ELEIÇÃO E POSSE DA
DIRETORIA E CONSELHO
COMUNITÁRIO PARA O
TRIENIO 2015-2018.

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE CARAUARI-AM
REGISTRO Nº 652 1434 81
"CERTIDÃO EM ANEXO"
CARAUARI 25 09 2015

EXEMPLAR ORIGINAL
OFICIAL

Aos trinta dias do mês de maio do ano de 2015 (30/05/2015), a partir das 8h: 00, na Sede da Associação Karababa de Cultura, localizada na AV Samuel Amaral, S/Nº, Bairro Samuel Amaral, CEP 69500-000 Carauari-AM, reuniram-se nos termos do Estatuto Social e Edital de Convocação, em Assembleia Geral Ordinária os sócios da referida associação, para discutirem a pauta de Eleição e Posse da Diretoria e Conselho Comunitário para a gestão do triênio 2015-2018, e o que ocorrer. A Reunião foi Presidida pelo senhor Nelson Jose Batista Lacerda e Secretariada pela Senhora Lucelia da Silva Barbosa. O Presidente da Assembleia deu por aberta os trabalhos da assembleia geral, fazendo a chamada dos presentes e nos termos do Estatuto Social verificou-se o *quorum* suficiente para instalação da presente Assembleia Geral, em seguida lendo a ordem do dia e o Edital de Convocação para o processo eleitoral para a gestão do triênio 2015-2018. Sendo instalada a Assembleia Geral, em seguida pediu-se à secretaria que fizesse a leitura da composição das chapas inscritas e composição do conselho comunitário à concorrerem ao processo eleitoral. A secretaria informou que apenas 01 (uma) Chapa para Diretoria Executiva e Conselho Comunitário tinham sido inscrita. O Presidente pediu que fosse feito a leitura da composição das chapas e em seguida o Presidente da Assembleia, nos termos do Estatuto Social e no consenso dos presentes, solicitou a aclamação das chapas, que por unanimidade dos presentes elegeram para a gestão da Associação no período de 2015-2018 os seguintes membros: **JOSELIO OLIVEIRA NEPOMUCENO-PRESIDENTE; MARINAIRA DA SILVA NASCIMENTO-VICE-PRESIDENTE; LUCELIA DA SILVA BARBOSA-TESOUREIRO; MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DA SILVA E SILVA-2º TESOUREIRO; MEYREÂNGLIA RIBEIRO DA SILVA-SECRETÁRIA; IVANETE DA CRUZ GOMES CHAVES-PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO/FISCAL; CRISLANNY ALVES DA SILVA-MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO/FISCAL; DARLENE FERREIRA CAVALCANTE-MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO/FISCAL.** E para compor o **CONSELHO COMUNITÁRIO** foram eleitos os seguintes: **FRANCISCO CABRAL DO NASCIMENTO-PRESIDENTE DO CONSELHO COMUNITÁRIO** representando a instituição APMC da ESCOLA MUNICIPAL MARIA ROSIRIA DA SILVA-CNPJ 03.186.789/0001-05; **ELIANDRO DA SILVA NASCIMENTO-MEMBRO**, representando a instituição APMC da ESCOLA MUNICIPAL REGINA SILVA DO CARMO-CNPJ 06.584.203/0001-59; **RAIMUNDO AQUINO DE ASSIS-MEMBRO** representando a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DA ESTRADA DO RIOZINHO-AMPAER/CNPJ 03.452.566/0001-42; **JAIME COSTA PEREIRA-MEMBRO**, representando o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE CARAUARI-CDHC/CNPJ 07.335.662/0001-61; e o senhor **MARIA EVA VITURINO DA SILVA-MEMBRO** representando o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CARAUARI/CNPJ 04.954.889/0001-05.



ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA

CNPJ/MF: 02.684.941/0001-17

Sede: Av. Samuel, S/Nº, Bairro Samuel Amaral.
(97) 3491-1234. CEP 69500-000 CARAUARI-AM.

Em seguida o Presidente da Assembleia Geral, convidou os referidos membros que foram eleitos por aclamação à mesa e declarou empossados todos os membros para a gestão do período 2015-2018. Após o pronunciamento de agradecimento do Presidente eleito, não tendo mais a nada a ser tratado deu-se por encerrada a Assembleia Geral. Eu, Lucélia da Silva Barbosa, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, e os demais presentes.

Carauari (AM), 30 de MAIO de 2015.

ORD	ASSINATURA
	Lucélia da Silva Barbosa
	Nelso
	Marco Aurelio F. da Silva
	Maria do Perpétuo Socorro da Silva e Silva
	Darlene Ferreira Cavalcante
	Mariangela Ribeiro da Silva
	Francisco Labral Alves do Nascimento
	Janete da Cruz Gomes Chaves.
	Janeuf Costa Pereira
	ELIASRO DA SILVA DO NASCIMENTO
	 Maria Eva Vitorino da Silva
	Leonor da Silva Almeida
	Yon Carlos Gomes de Oliveira
	Rinaldo de Souza Leal
	José F. S. B. Batista.
	Wiliam Honorato Souto
	Christanny Alves da Silva
	Julio G. Nogueira
	

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE CARAUARI-AM
REGISTRO Nº 052.143.01
"CERTIDÃO EM ANEXO"
CARAUARI 25.09.2015
OFICIAL



ESTADO DO AMAZONAS

COMARCA DE CARAUARI – AMAZONAS

Cartório do Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis

Rua Anastácio Cavalcante, nº 508 - A – Centro – CEP: 69.500-000

Fone: (92) 99239-5175 – Email: cartoriojohnson@gmail.com




LUIZ GUILHERME JOHNSON DE ASSIS,

Oficial do Registro Integral de Títulos e Documentos e Outros Papéis da Comarca de Carauari, Estado do Amazonas, por nomeação legal etc.



CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO COMUNITÁRIO PARA O TRIENIO 2015-2018 – ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA**, foi devidamente Averbada no Livro **B-1** de Registro Integral de Títulos, documentos e outros Papéis, às fls. **143-V/144**, sob a matrícula **AV-05-652**. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Carauari, Estado do Amazonas, aos vinte e cinco (25) de setembro de dois mil e quinze (2015). Eu, , Luiz Carlos Franco Haiden, Oficial do Registro Integral de Títulos, Documentos e outros Papéis Substituto, que digitei, subscrevo e assino.

Carauari, 25 de setembro de 2015.

Em Testeº _____ da Verdade.


Luiz Carlos Franco Haiden
Oficial / Tabelião Substituto

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO BC114600-42, TDPJ, Protocolo: 1, Número registro: 652, Número averbação: 5, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA, Valor ato: R\$89,53, Valor emolumentos: R\$72,20, Data/Hora da utilização: 25/09/2015 09:14:07, Emitido por: Luiz Guilherme Johnson de Assis, FUNETJ:R\$ 7,22 FUNDPAM:R\$ 3,61 FUNDPGE:R\$ 2,17 FARPAM:R\$ 4,33, 21E8-EF0A-4698-E88F, Consulte o selo em www.seloam.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO BC114601-40, TDPJ, Protocolo: 1, Número registro: 652, Número averbação: 5, Nome parte: ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA, Valor ato: R\$35,81, Valor emolumentos: R\$28,88, Data/Hora da utilização: 25/09/2015 09:14:32, Emitido por: Luiz Guilherme Johnson de Assis, FUNETJ:R\$ 2,89 FUNDPAM:R\$ 1,44 FUNDPGE:R\$ 0,87 FARPAM:R\$ 1,73, BD4B-B5E8-5A3F-5591, Consulte o selo em www.seloam.com.br



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO KARABABA DE CULTURA
CNPJ: 02.684.941/0001-17

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:27:45 do dia 22/10/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/11/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.070013/2013 Localidade / UF: CARAUARI/AM
Entidade: ASSOCIACAO KARABABA DE CULTURA
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Maria do Perpétuo Socorro da Silva e Silva	021.160.912-92	2º Tesoureiro	30/05/2015 30/05/2018	
Lucélia da Silva Barbosa	024.627.122-16	Tesoureiro	30/05/2015 30/05/2018	
Merianglia Ribeiro da Silva	884.018.712-04	Secretário	30/05/2015 30/05/2018	
JOSELIO OLIVEIRA NEPOMOCENO	662.532.762-04	Presidente	30/05/2015 30/05/2018	(97) 34911234
Marinaira da Silva Nascimento	401.808.068-90	Vice-Presidente	30/05/2015 30/05/2018	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Mapa da documentação encaminhada pela entidade, exigida para a Renovação:

- a) Estatuto Social - fls. 64/69 (Processo Digitalizado - evento SEI nº 0015327);
b) Ata de Eleição da Diretoria, devidamente registrada, datada de 30/05/2015 (fls. 1/5 - evento SEI nº 0770719 do processo anexado nº 53900.054282/2015-72) - mandato até 30/05/2018;
c) Documentos dos dirigentes - fls. 56, 57 e 60/62 (Processo Digitalizado - evento SEI nº 0015327), fl. 2 (evento SEI nº 0111376) e fl. 9 (evento SEI nº 0770719 do processo anexado nº 53900.054282/2015-72);
d) CNPJ - fl. 6 (Processo Digitalizado - evento SEI nº 0015327);
e) Certidão Negativa da Anatel - evento SEI nº 0782932;
f) declaração de conformidade - fl. 5 (Processo Digitalizado - evento SEI nº 0015327); e
g) relatório do Conselho Comunitário, sobre a programação da emissora - fls. 24/26 (Processo Digitalizado - evento SEI nº 0015327).

CONCLUSÃO DA ANÁLISE: Processo instruído

É o relatório.

Natália Froemming

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Memorando nº 3741/2015/SEI-MC

Brasília, 27 de outubro de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncia,

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Karababá de Cultura**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carauari / AM**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 27/10/2015, às 11:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0790081** e o código CRC **19F27D03**.



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: AM
Município: Carauari
Canal: 285
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA
Nome Fantasia: RÁDIO COMUNITÁRIA KARABABÁ FM
Logradouro: AVENIDA SAMUEL AMARAL
Telefone: (61) 0000000000
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.684.941/0001-17
Bairro: SAMUEL AMARAL
Número: S/N
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02684941000117

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 69500000 Logradouro: AVENIDA SAMUEL AMARAL
Número: S/N Complemento: Bairro: SAMUEL AMARAL Estado: AM
Município: Carauari Distrito: SubDistrito:
Telefone: 61 0000000000 Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 69500000 Logradouro: AVENIDA SAMUEL AMARAL
Número: S/N Complemento: Bairro: SAMUEL AMARAL Estado: AM
Município: Carauari Distrito: SubDistrito:
Telefone: Fax: E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação
Contrato/Convênio: 31/07/2003

Data Limite Instalação: 01/04/2020

Número do Processo: 536300002951998

Fistel: 50011357100

Caixa:

Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	287		Portaria	MC	16/05/2001	31/05/2001	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	394		Decreto Legislativo	CN	30/07/2003	31/07/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	39566		ATO	SCM	07/10/2003	15/10/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	280		Portaria	MC	31/10/2008	23/01/2009	Multa	Jur.

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA - CNPJ/CPF
(02.684.941/0001-17)

Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

Município/UF: CARAUARI/AM**Indicativo:** ZYS342**Canal:** 285**Dia Início**

Domingo ▼

Dia Fim

Sábado ▼

Hora Início

06:00 ▼

Hora Fim

23:00 ▼

X

✗



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC

Processo nº: **53000.070013/2013-35**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA**

Em atenção ao Memorando nº 3741/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53578.000048/2013	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando recurso;• Irregularidade apurada: incisos XII e XV do art. 40 do Decreto nº 2.615/98 e nos itens 21.1 e 21.3 da Norma nº 1/2011.
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.030719/2008	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0892871);• Portaria nº 280, de 31/10/2008, publicada no Diário Oficial da União de 23/01/2009 - MULTA;• Irregularidade apurada: itens 14.2, 17.2, 19.3 e 19.3.1 da Norma 01/2004• Data da infração: (03/06/2008).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Mascarenhas de Oliveira Solano, Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas, Substituta**, em 23/12/2015, às 19:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0892872** e o código CRC **84C956E2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO KARABABA DE CULTURA
CNPJ: 02.684.941/0001-17

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:15:37 do dia 08/01/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/02/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 299/2016/SEI-MC

Processo nº: **53000.070013/2013-35.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carauari**, estado do **Amazonas**, por meio da Portaria nº 287, publicada no DOU de 31/5/2001, e Decreto Legislativo nº 394, publicado no DOU de 31/7/2003.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou 31/7/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 29/11/2013, à fl. 2 do Processo Digitalizado SEI 0015327, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do art. 131 Norma nº 01/2015, aprovada pela Portaria nº 4334/2015. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA

QUADRO DIRETIVO
Presidente: Josélino Oliveira Nepomoceno Vice-Presidente: Marinaira da Silva Nascimento Secretária: Merianglia Ribeiro da Silva 1ª Tesoureira: Lucélia da Silva Barbosa 2ª Tesoureira: Maria do Perpétuo Socorro da Silva e Silva

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2015.	Ok, fls. 64 a 69 (Processo Digitalizado SEI 0015327)
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, fls. 1 a 5 (Petição SEI 0770719)
		Ok, fls. 56, 57 e 60 a 62

3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	(Processo Digitalizado SEI 0015327), fl. 2 (Carta S/N SEI 0111376) e fl. 9 (Petição SEI 0770719)
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, fl. 5 (Processo Digitalizado SEI 0015327)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, Certidões SIGEC SEI 0913576
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, fl. 6 (Processo Digitalizado SEI 0015327)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, fls. 24 a 26 (Processo Digitalizado SEI 0015327)

4. Ressalta-se que, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, Despacho Interno SEI 0892872, não existem processos de apuração de infração atribuídos para a entidade que impliquem em reincidência em intervalo menor que um ano para mesma infração, o que poderia ensejar revogação de outorga, nos termos do art. 38, III do Decreto nº 2.615/98.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC (0913577).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.070013/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carauari/AM.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.070013/2013-35, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Carauari/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 22/01/2016, às 09:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/01/2016, às 10:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga**, **Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 25/01/2016, às 12:52, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins**, **Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/02/2016, às 11:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0913579** e o código CRC **C4B2500D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo

nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a

entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das

Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.
19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a

ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			
--	-------------------	--	--	--

		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta

Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.070013/2013-35**

Entidade: **Associação Karababá de Cultura**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53000.070013/2013-35 (ver documento 0913579), no qual a **Associação Karababá de Cultura** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Carauari / AM**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/02/2016, às 14:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0985200** e o código CRC **3B8889B2**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.070013/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carauari/AM.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000295/1998 e nº 53000.070013/2013-35, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Carauari/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 783/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000295/1998 e nº 53000.070013/2013-35, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Carauari/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0990512** e o código CRC **6CBFA7C1**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.070013/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carauari/AM.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/05/2016, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0990516** e o código CRC **4F246D71**.



001-9

00198.41808 50000.000005 03931.850212 5 68120000018222

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000003931850
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 01/06/2016		Valor documento 182,22	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

192285 - Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, CNPJ: 00.394.437/0004-08

null, CEP: null

ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Chefe de Serviço

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 3931850 enviado em 12/05/2016

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 03931.850212 5 68120000018222

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 01/06/2016
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 12/05/2016	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 12/05/2016	Nosso número 00000000003931850	
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 182,22	(=) Valor documento 182,22	

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 3931850 enviado em 12/05/2016

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

192285 - Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, CNPJ: 00.394.437/0004-08

null, CEP: null

ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Chefe de Serviço

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17208/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Karababá de Cultura
Avenida Samuel Amaral, s/nº - Bairro Samuel Amaral
69.500-000 / Carauari - AM

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53000.070013/2013-35.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 783, de 09 de maio de 2016.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 16/05/2016, às 08:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1133721** e o código CRC **40653131**.

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SCE/CGRC

OFICIO nº 17208/2016/SEI-MC, de 16/05/2016

Nº DO PROCESSO: 53000.070013/2013-35

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Karababá de Cultura

Avenida Samuel Amaral, s/nº - Bairro Samuel Amaral

69.500-000

Carauari - AM

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

x Marcelia S. Barbosa

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

27/05/2016

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

780511400-2

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AR

AVIS CN07

JO 39168079 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____	____/____/____	____/____/____
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DEVOLUÇÃO
RETOUR

NC	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		
	Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica		
EN	Departamento de Outorga de Serviços		
	Esplanada dos Ministérios, Bloco R,		
	Ed. Anexo Ala Oeste sala 300		
	70044-900	Brasília-DF	
CI			
		UF	BRASIL

--	--	--	--	--	--	--	--



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 412, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.061497/2013-21 e nº 53830.002065/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL E SOCIAL DE TUPI PAULISTA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tupi Paulista / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 520, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.007754/2014-17 e nº 53710.001350/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIODIFUSÃO SINTONIA CARMO DE MINAS FM, Zelia Coli Junqueira, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Carmo de Minas / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 542, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058111/2011-32 e nº 53710.000206/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Rita do Sapucaí / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 727, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058103/2011-96 e nº 53790.001073/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA E CULTURAL CONSTANTINA - RADIO FM., para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Constantina/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 755, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.068877/2013-97 e nº 53720.000399/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO-RADIO PRINCESA DO ATLÂNTICO FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Maracanã/PA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 768, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.000576/2014-11 e nº 53710.000305/2000, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ENGENHEIRO CALDAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Engenheiro Caldas / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 770, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056624/2011-17 e nº 53670.000474/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06/04/2010, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO VALE DO ARAGUAIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO/CULTURAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Miguel do Araguaia/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 775, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000404/1998 e nº 53900.017747/2014-23, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL E AMBIENTAL DE COARI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coari/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 783, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000295/1998 e nº 53000.070013/2013-35, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Carauri/AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 857, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.041034/2013-43 e nº 53820.000525/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS-SC, Bairros Joaia, XV de Novembro, Centro, Areias e Praça, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tijucas/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 899, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000339/2001 e nº 53900.041862/2015-08, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ROSÁRIO FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Moema/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 912, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.027758/2012-01 e nº 53670.000117/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de setembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURAL DE TROMBAS - ACCTRM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Trombas / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.003, DE 9 DE MAIO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056621/2011-75 e nº 53640.001254/98, resolve:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.070013/2013-35**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/06/2016, às 14:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1195213** e o código CRC **A7600B4D**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.070013/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à **Associação Karababá de Cultura**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carauari/AM.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.070013/2013-35

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 299/2016/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1244198** e o código CRC **987D27BB**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.070013/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação Karababá de Cultura, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carauari/AM.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.070013/2013-35**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2017, às 17:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1742891** e o código CRC **5CF090CF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.070013/2013-35

SEI nº 1742891

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.070013/2013-35**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO KARABABA DE CULTURA**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 22/03/2017, às 09:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1742895** e o código CRC **6D67B84E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.070013/2013-35

SEI nº 1742895

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.070013/2013-35**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 299/2016/SEI-MC (0913579) e do Parecer Conjur nº 475/2015/SEI-MC (0913577), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 23/03/2017, às 19:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1742899** e o código CRC **9B97F0D6**.

Minutas e Anexos

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.070013/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de Julho de 2013, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carauari /AM.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.070013/2013-35

SEI nº 1742899

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.070013/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de Julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carauari /AM.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/05/2017, às 13:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1768857** e o código CRC **BE5D9590**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1883797** e o código CRC **1616ABD7**.

Brasília, 28 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.070013/2013-35, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de Julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO KARABABÁ DE CULTURA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Carauari /AM.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

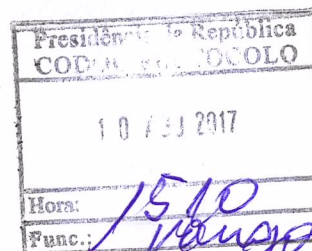
Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 33922/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,



Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
501/2017	53000.053915/2012-26	Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense
502/2017	53000.056208/2011-19	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba
503/2017	53900.016191/2015-39	Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo
504/2017	53000.057441/2011-19	Associação Comunitária Santa Rita
505/2017	53000.031942/2012-48	Associação Beneficente Social de Santo Estevão
506/2017	53000.056621/2011-75	Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM)
507/2017	53000.028473/2013-61	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Esperança
508/2017	53000.070013/2013-35	Associação Karababá de Cultura
509/2017	53900.017866/2014-86	Conselho Comunitário de Radiofusão de Poço Fundo
510/2017	53000.043110/2011-93	Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA
511/2017	53900.007299/2015-31	Associação Comunitária de Ilhéus Bahia
514/2017	53000.057442/2011-55	Associação Comunitária Artística e Ecológica

515/2017	53900.028163/2015-64	Associação Comunitária São Francisco
516/2017	53900.017335/2015-74	Associação Comunitária de Jamacaru - ACJ
517/2017	53900.017291/2015-82	Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim
518/2017	53900.012702/2014-62	Associação Comunitária Popular de Jaguaruana
519/2017	53900.003595/2014-81	Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de Porteiras - SAICP
520/2017	53000.031939/2012-24	Associação Comunitária Ana Roberto
521/2017	53000.020719/2012-75	Associação Comunitária De Comunicação E Cultura do Gama
522/2017	53000.045952/2013-41	Associação Social e Beneficente
523/2017	53900.039538/2015-11	Associação Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso
524/2017	53900.039719/2015-48	Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura E Educação Social
525/2017	53000.075808/2013-30	Associação Comunitária Educativa E Cultural Rádio Sucesso FM de Mário Campos
526/2017	53000.059200/2013-68	Associação Comunitária e Ecológica de Ouro Preto
528/2017	53900.009247/2014-18	Associação Cultural Comunitária Kobu FM
530/2017	53000.049664/2012-85	Fundação Cultural E Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta
532/2017	53000.041817/2011-65	Associação Comunitária Dom Oscar Romero
533/2017	53000.056642/2011-91	Associação Comunitária de Vianópolis
535/2017	53000.051423/2012-04	Associação Comunitária Jabuticabal de Hidrolândia
536/2017	53900.006082/2014-22	Fundação de Assistência Social Betuel
537/2017	53000.040721/2013-41	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula
538/2017	53000.059285/2011-12	Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão
539/2017	53900.008053/2014-03	Associação Comunitária Amigos de Unai - ACAU
540/2017	53000.055771/2011-61	Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária
541/2017	53000.048613/2013-17	Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação
542/2017	53000.010093/2013-70	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária
543/2017	53000.058734/2012-96	Associação de Moradores do Bairro Rosário

544/2017	53900.041862/2015-08	Associação Rádio Comunitária Rosário FM
545/2017	53900.053112/2015-71	Associação Comunitária de Radiodifusão
546/2017	53900.008337/2014-91	Ação Social Comunitária de Capim Branco - ASCOCAB
547/2017	53000.070514/2013-11	Associação Novabarrense de Comunicação e Rádio Difusão
548/2017	53000.069974/2013-05	Associação Comunitária Manguense de Cultura e Arte
549/2017	53000.011716/2013-21	Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova
550/2017	53900.001546/2014-12	Associação Comunitária dos Radiodifusores E Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo
551/2017	53900.007754/2014-17	Associação Comunitária de Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM
552/2017	53900.000545/2014-42	Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do Município de Abaeté
553/2017	53000.057904/2011-34	Associação Comunitária e Cultural Ipanemense
554/2017	53000.058111/2011-32	Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí
555/2017	53000.056209/2011-55	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa
556/2017	53000.047332/2013-47	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 01/08/2017, às 15:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 2092273 e o código CRC 1FA68061.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33922/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2092273

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.070013/2013-35
Referência: Ofício nº 33922/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 33922/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 11/08/2017, às 14:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2125023** e o código CRC **65E2A4FA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.070013/2013-35

SEI nº 2125023

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
 53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
 53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
 53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
 53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
 53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
 53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
 53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
 53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
 53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
 53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
 53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
 53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
 53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
 53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
 53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
 53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
 53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
 53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
 53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
 53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
 53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
 53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
 53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
 53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
 53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
 53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
 53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
 53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
 53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
 53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
 53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
 53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
 53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
 53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
 53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
 53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
 53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
 53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
 53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
 53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
 53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
 53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
 53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
 53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
 53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
 53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
 53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
 53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
 53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
 53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
 53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.070013/2013-35.**

Entidade: **Associacao Karababa de Cultura.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/07/2019, às 20:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4346505** e o código CRC **14CC9D77**.

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.070013/2013-35, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Karababá de Cultura, inscrita no CNPJ nº 02.684.941/0001-17, explore pelo prazo de dez anos a partir de 31 de julho de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Carauari, estado do Amazonas, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 299/2016/SEI-MC de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 783, de 09 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.070013/2013-35

SEI nº 4346505

Brasília, 30 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.070013/2013-35, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Karababá de Cultura, inscrita no CNPJ nº 02.684.941/0001-17, explore pelo prazo de dez anos a partir de 31 de julho de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Carauari, estado do Amazonas, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 299/2016/SEI-MC de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 783, de 09 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36228/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.070013/2013-35.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 01/10/2019, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4688022** e o código CRC **EF974316**.